



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

# **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT**

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023**



**SENADOR CARLOS VIANA (PODEMOS/MG)**  
**PRESIDENTE**



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

<b>Senadores Titulares</b>	<b>Senadores Suplentes</b>
Rodrigo Cunha (PODEMOS)	Davi Alcolumbre (UNIÃO)
Efraim Filho (UNIÃO)	Marcos do Val (PODEMOS)
Confúcio Moura (MDB)	Cid Gomes (PDT)
Fernando Dueire (MDB)	Alan Rick (UNIÃO)
Carlos Viana (PODEMOS)	
Izalci Lucas (PSDB)	
Daniella Ribeiro (PSD)	Omar Aziz (PSD)
Vanderlan Cardoso (PSD)	Lucas Barreto (PSD)
Jussara Lima (PSD)	Sérgio Petecão (PSD)
Beto Faro (PT)	Augusta Brito (PT)
Teresa Leitão (PT)	Rogério Carvalho (PT)
Chico Rodrigues (PSB)	
Astronauta Marcos Pontes (PL)	Flávio Bolsonaro (PL)
Carlos Portinho (PL)	Wellington Fagundes (PL)
Marcos Rogério (PL)	Jorge Seif (PL)
Dr. Hiran (PP)	Ciro Nogueira (PP)
Damara Alves (REPUBLICANOS)	Hamilton Mourão (REPUBLICANOS)

*Composição em dezembro de 2023.*



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## DO SENADOR CARLOS VIANA (PODEMOS-MG)

Balanco das Atividades da CCT em 2023.

O ano de 2023 ficou marcado como o ano em que surgiu o ChatGPT, a primeira inteligência artificial gratuita da internet.

E é nesse contexto de incertezas acerca da regulação das inteligências artificiais, preocupações compartilhadas por boa parte da comunidade global, que apresento um balanço das atividades da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática de 2023, a cada vez mais demandada CCT.

Desde já antecipo que tivemos muito trabalho! E também adianto a dificuldade enfrentada por nós, membros da CCT, ao lidar com temas tão delicados, com impactos tão pouco demarcáveis, e que nos chegam em uma velocidade cada vez mais assustadora.

Até há poucos anos, o papel do Poder Legislativo limitava-se a consolidar em leis o resultado das experiências sociais, colocar na lei o direito baseado nos costumes. Agora, temos que nos antecipar ao lastro social, pois a tecnologia tornou-se cada vez mais poderosa e abrangente.

Até bem pouco tempo atrás, o Legislativo apenas legitimava situações de fato, após observar o desenrolar dos acontecimentos. Na atualidade, nosso papel é o de se antecipar ao novo, pois o novo pode ter efeito deletério em nível global, devido à velocidade com que trafega a informação e com que circulam bens e pessoas.

Antes, nosso trabalho era validar a vontade popular; agora, tornou-se prevenir danos ao tecido social. Temos que ser rápidos e trabalhar com o desconhecido. Os desafios aumentaram muito.

Nesse contexto, as audiências públicas tornaram-se ainda mais importantes: realizamos 16 em 2023.

Tivemos também 18 reuniões deliberativas nas quais deliberamos nada menos do que 54 projetos de decreto legislativo; 37 requerimentos; 9 projetos de lei; e 4 projetos de resolução do Senado Federal.

Não descuidamos, contudo, do caráter social, federalista e inclusivo que se impõe ao dever legislativo.

Priorizamos, como não poderia deixar de ser, projetos voltados à Região Norte do Brasil, devido ao déficit tecnológico decorrente do isolamento natural.

Acerca do caráter inclusivo da CCT, destaco que deliberamos o Projeto de Lei nº 4.486, de 2019, que versa sobre a universalização da telecomunicação, determinando que os serviços de telecomunicação passem a ofertar possibilidade real de comunicação para as pessoas com deficiência, respeitando e favorecendo cada modalidade de deficiência conforme suas necessidades específicas.

Visando amparar e incluir as pessoas surdas, votamos o Projeto de Lei nº 4.310, de 2019, implementando a obrigatoriedade de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação.



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

É inconcebível e egoísta excluir os surdos, por pura desatenção, do acesso aos temas que afetam diretamente a vida nacional. Com o avanço da tecnologia, colocar legendas durante as transmissões de telecomunicação tornou-se uma medida completamente viável e de fácil implementação.

Espero que a obrigatoriedade de legendas seja apenas um ponto de partida. Espero que a prática inclusiva se expanda para todos os programas. Afinal, devemos facilitar, e não dificultar, o acesso das pessoas com deficiência auditiva a qualquer programa, de qualquer natureza.

Falando em tecnologia, não podemos deixar de realçar que a desigualdade no acesso à tecnologia é um dos maiores gargalos para o desenvolvimento nacional.

Tendo essa realidade em mente, votamos projetos de lei que facilitarão a importação de equipamentos para pesquisa.

Votamos também medidas para incentivar a pesquisa e desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil.

Instituímos a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil.

Criamos mecanismos para incentivar e premiar nossa produção científica, com a instituição do Prêmio Danilo Doneda.

Destaco, ainda, que ampliamos os mecanismos de diálogo com o setor tecnológico. Em julho desse ano, por exemplo, recebemos um grupo de parlamentares alemães para tratar das prioridades políticas na área de ciência e pesquisa no Brasil.

Além disso, enfrentamos o cada vez mais polêmico debate acerca dos carros elétricos no Brasil. É uma tecnologia que, por um lado, recebe incentivos fiscais pelo caráter ambientalmente sustentável, mas, por outro lado, enfraquece setores tradicionais da indústria automobilística, muitos deles com fábricas no Brasil.

Nesse aspecto, já temos que trabalhar com a perspectiva de que, quando compuserem uma parcela significativa da frota nacional, os carros elétricos implicarão em queda de arrecadação nos tributos relacionados aos combustíveis fósseis.

O ano de 2024 deve escancarar ainda mais a complexidade da matéria, uma vez que os carros elétricos estão evoluindo rapidamente, tornando-se cada vez mais atraentes ao consumidor.

Possivelmente, já em 2024, a discussão ganhará relevo, e demandará tomadas de decisão importantes, tanto da CCT quanto das duas casas legislativas como um todo.

No que tange às pautas educacionais, nos posicionamos de maneira congruente à finalidade da CCT, construindo consensos visando a ampliação de fundos para o financiamento da educação.

Ainda no contexto educacional, aprofundamos o diálogo, por meio de audiência pública, acerca do desafio que a exclusão digital nos impõe, como ficou claro durante a pandemia de covid-19.

Em um mundo em que a inteligência artificial ganha protagonismo na agenda mundial, muitos brasileiros sequer têm acesso a computadores para conhecer essa tecnologia, gerando mais um gargalo educacional para nosso país, que já luta contra os efeitos de décadas de defasagem educacional.

Sofremos também a pressão da fuga de cérebros, um problema que a CCT não deixou de tratar em audiência pública.

Muitos países enfrentam o envelhecimento populacional e a consequente redução de mão de obra qualificada. Não podemos nos dar o luxo de perder nossos poucos oásis tecnológicos.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Dentre esses oásis, destaco nosso avançadíssimo setor agronômico, que, tendo a tecnologia como bússola, vem, ano após ano, proporcionando ao Brasil a recorrente quebra de recordes de produtividade.

Outro marco tecnológico do ano de 2023 foi a expansão da rede 5G, que ainda carece de muita infraestrutura e investimento, isso em um país em que 20% da população não tem acesso à internet.

Tecnologia pode salvar vidas. Por isso, aprovamos mecanismos de atuação imediata do Estado em casos de direção temerária, com velocidade acima de 50% do permitido, de acordo com dados de inteligência artificial.

Ousamos ainda atacar temas complexos, como o debate acerca da revisão do Marco Legal das Startups, criado em 2021.

O maior inimigo atual das democracias, sem dúvidas, é a desinformação. Por se tratar de matéria intimamente relacionada ao avanço tecnológico, compreendemos que o combate à desinformação também deverá surgir da tecnologia — matéria que também discutimos em audiência pública.

Em outra audiência, a diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Laila Salmen Espindola, pontuou que a divulgação científica precisa ser a palavra de ordem para que o país vença a “guerra contra a indústria produtora de *fake news*”.

Concordo com a fala da diretora da SBPC por mais de uma razão: em primeiro lugar, pelo fato de vivermos em uma sociedade cujo paradigma é a ciência; e, em segundo lugar, porque a imersão científica pode ser a chave para fortalecer o comprometimento educacional de nossos jovens.

Ciência como solução e ciência como porta de entrada!

E ciência também como meio de desenvolvimento pessoal e social — as plataformas de ensino digital ganharam especial atenção de nossa comissão, por serem um importante ponto de intersecção entre educação e tecnologia.

O empenho da CCT em 2023 foi notável. São cada vez mais perceptíveis nossos pontos de intersecção com praticamente todas as outras comissões da Casa. Contudo, mesmo com todo o nosso empenho pessoal, nosso maior gargalo é nítido: é preciso mais investimento para a geração de tecnologia nacional.

Encerro agradecendo a todos os membros da CCT: foi um prazer trabalhar com tão nobres colegas Senadoras e Senadores. Agradeço a disposição e o empenho pessoal de todos em ajudar o Brasil a se tornar um país mais tecnológico.

Aos servidores da Casa, minha gratidão pelo apoio e pelo profissionalismo.

Agradeço também aos convidados que tão gentilmente compareceram às audiências públicas e enriqueceram nossas perspectivas, conduzindo-nos a tomadas de decisão mais esclarecidas.

E a Sua Excelência, Senador Rodrigo Pacheco, Presidente desta Casa, minha gratidão pelo incentivo que nos foi oferecido, viabilizando os trabalhos da CCT.

Sala da Comissão, 20 de dezembro de 2023.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## A COMISSÃO

Em 16 anos de existência, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, criada pela Resolução n.º 01, de 2007, tem contribuído ativamente por meio de debates e decisões legislativas que impactam as áreas de sua competência.

Com a promulgação da Resolução nº 14 de 2023 da Comissão Diretora do Senado Federal, as atribuições da CCT foram divididas com a recém-criada Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). Assim, a CCT passou a ser denominada Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e suas competências foram atualizadas de acordo com o Art. 104-C do Regimento Interno do Senador Federal:

Art. 104-C. À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas: (Nova redação dada por Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023)

- I – desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica;
- II – política nacional de ciência, tecnologia, inovação e informática; (Nova redação dada por Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023)
- III – organização institucional do setor;
- IV – acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais na área;
- V – propriedade intelectual;
- VI – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;
- VII – (Revogado) (Revogado por Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023)
- VIII – regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica e informática; (Nova redação dada por Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023)
- IX – outros assuntos correlatos.

Informações sobre composição, pautas, matérias legislativas em tramitação, relatorias de projetos e relatórios de atividades estão disponíveis na página da Comissão no sítio eletrônico do Senado Federal pelo endereço <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=1363>.

*Reuniões da CCT:  
Quartas às 11:00 horas  
Telefone: 61 33031120  
E-mail: [cct@senado.leg.br](mailto:cct@senado.leg.br)  
Secretaria: Ala Alexandre Costa, Sala 5, Subsolo*



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

1. A COMISSÃO EM NÚMEROS  
1.1 INFOGRÁFICOS





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática





**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

**1.2 Quadro completo de proposições deliberadas pela CCT em 2023**

PROPOSIÇÃO	APROVAÇÃO	REJEIÇÃO	REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES	TOTAL
Projetos de Lei (PL)	9			9
Projetos de Decreto Legislativo (PDL)	48	1	5	54
Projetos de Resolução do Senado	4			4
Minuta de Projeto de Resolução	1			1
Emendas à LDO 2024	15			15
Emendas à LOA 2024	4			4
Requerimentos (REQ)	37			37

**1.3 Projetos de lei deliberados na Comissão:**

- **PL 4486/2019**, que altera as Leis n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência;
- **PL 2374/2019**, que dá nova redação os dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências;
- **PL 4310/2019**, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a obrigatoriedade da apresentação de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação; e
- **PL 3610/2021**, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre utilização de soluções tecnológicas que permitam a disponibilização imediata dos dados coletados para órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização de trânsito e segurança pública.
- **PL 2686/2019**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a obrigatoriedade de inserir nas contratações que envolvam aquisição de equipamentos de informática as especificações técnicas dos programas de informática respectivos.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

- **PL 2838/2020**, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem.
- **PLC 23/2019**, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil.
- **PL 3817/2019**, que altera a Lei nº 8.958, de 20 dezembro de 1994; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004; e a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e dá outras providências para ampliar o financiamento da educação superior no País.
- **PL 5066/2020**, que modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

**1.4 Outras matérias deliberadas na Comissão (exceto PDLs de radiodifusão):**

- **Minuta de Projeto de Resolução**, transformado em Plenário no PRS 75/2023, que institui a Comenda Carlos Chagas de Ciência e Tecnologia, destinada a agraciar personalidades com contribuição relevante na área de ciência e tecnologia.
- **PRS 10/2019**, que institui a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação.
- **PRS 32/2023**, que institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde.
- **PRS 50/2023**, que institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Danilo Doneda.
- **PRS 69/2023**, que institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil.

**1.5 Emendas RP 8**

Em 3 de maio de 2023, a Comissão apreciou a Indicação de Beneficiários e da Ordem de Prioridade das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (RP8), aprovadas na LOA 2023, para encaminhamento à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, conforme OFÍCIO CIRCULAR Nº 6/2023/GAB/SEPAR/SRI/PR.

Foi aprovada a indicação de beneficiários e a ordem de prioridade das emendas conforme abaixo:

1ª – Fundação Pio XII R\$ 5.000.000,00;

2ª – Instituto Brasileiro de Pesquisa Clínica Thomaz de Carvalho R\$ 5.000.000,00

**1.6 Emendas ao PLDO e ao PLOA**

Em 14/11/2023, foram aprovadas quinze Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, sob a relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4 de 2023, apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Em 22/11/2022, o colegiado aprovou a apresentação de quatro Emendas da CCT ao PLN 29/2023 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), nos termos do Relatório do Senador Carlos Viana (PODE/MG).



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

**1.7 Avaliação da Política Pública 2023/2024**

Em 17 de julho de 2023, a Comissão aprovou o REQ 20/2023, de autoria do Presidente da CCT, Senador Carlos Viana (PODE/MG), para avaliação do tema “Superação dos obstáculos à inovação no Brasil”, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Em 13 de setembro de 2023, o Presidente designou o Senador Fernando Dueire (MDB/PE) como relator da Avaliação da Política Pública.

Em 8 de novembro de 2023, a CCT aprovou o Plano de Trabalho proposto pelo relator, o Senador Fernando Dueire, que no âmbito do tema proposto, avaliará o Programa Conecta e Capacita, que visa mitigar a escassez de profissionais de Tecnologia da Informação (TI) no mercado de trabalho brasileiro; e a situação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (CEITEC) – semicondutores, conforme o Decreto nº 10.578, de 15 de dezembro de 2020.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

1.8 Quadro de audiências públicas realizadas (Art. 93, RISF)

Requerimento	Assunto	Data da Audiência
REQ 1/2023 – CCT Senador Carlos Viana;  REQ 10/2023 – CCT Senador Carlos Viana;	Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença do Ministro de Estado das Comunicações, o Senhor <b>Juscelino Filho</b> .	23/mai.
REQ 2/2023 – CCT Senador Carlos Viana;  REQ 3/2023 – CCT Senador Astronauta Marcos Pontes;  REQ 11/2023 – CCT Senador Carlos Viana;	Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Senhora <b>Luciana Santos</b> .	17/mai.
REQ 5/2023 – CCT Senador Carlos Viana;  REQ 17/2023 – CCT Senador Carlos Viana;	Audiência Pública com o objetivo de debater a adoção e incentivo à eletromobilidade no Brasil.  Participantes: <b>Uallace Moreira Lima</b> Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) Representante de: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho <b>Odd Magne Ruud</b> Embaixador da Noruega no Brasil <b>Tiago Chagas Faierstein</b> Gerente de Novos Negócios da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) <b>Ricardo Guggisberg</b> Presidente do Instituto Brasileiro de Mobilidade Sustentável (IBMS) <b>Ricardo Bastos</b> Presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE) <b>André Fortes Chaves</b> Presidente do Laboratório de Eletromobilidade (Lemob) <b>Igor Nogueira Calvet</b> Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) <b>Adalberto Maluf</b> Secretário Nacional de Meio Ambiente e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	21/jun
REQ 7/2023 Senador Izalci Lucas	Audiência pública com o objetivo de debater sobre a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema.  Participantes: <b>Márcia Cristina Bernardes Barbosa</b>	28/jun



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

	<p>Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações</p> <p><b>Helena Bonciani Nader</b> Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)</p> <p><b>Laila Salmen Espíndola</b> Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC Representante de: Renato Janine Ribeiro</p> <p><b>Yurij Castelfranchi</b> Professor da Universidade Federal de Minas Gerais</p> <p><b>Adriana Blikstein</b> Líder Corporativa da 3M do Brasil Representante de: Paulo Gandolfi</p> <p><b>Atila Iamarino</b> Divulgador Científico</p>	
<p>REQ 19/2023 Senador Astronauta Marcos Pontes</p>	<p>Audiência Pública com o objetivo de debater o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador para aperfeiçoamento da legislação vigente.</p> <p>Participantes:</p> <p><b>Osório Coelho</b> Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p> <p><b>Clarissa Furtado</b> Gerente de Competitividade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)</p> <p><b>Bruno Portela</b> Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU)</p> <p><b>Saulo de Omena Michiles</b> Presidente da Comissão de Direito Digital e Startups da OAB-DF</p> <p><b>Guilherme Arradi Sichieri</b> Gerente Interino da Unidade de Inovação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP)</p> <p><b>Débora Mendes Carvalho</b> Coordenadora de Parcerias Estratégicas do Instituto Eivaldo Lodi (IEL) Representante de: Confederação Nacional da Indústria (CNI).</p> <p><b>Cristiane Santos Pereira</b> Vice-presidente de Transformação Digital e Startup da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro)</p> <p><b>Hideraldo Luiz de Almeida</b> Vice-presidente do Instituto Brasileiro das Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (Ibrachics)</p> <p><b>Hugo Giallanza</b> Presidente da Brasil Startups</p>	<p>05/jul</p>
<p>REQ 18/2023 Senador Astronauta Marcos Pontes</p>	<p>Audiência Pública com o objetivo de debater a Lei do Bem para aperfeiçoar a legislação vigente em favor de um ambiente mais favorável à PD&amp;I em nosso país.</p> <p>Participantes:</p> <p><b>José Afonso Cosmo Júnior</b></p>	<p>02/ago</p>



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

	<p>Coordenador-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p> <p><b>Gianna Sagazio</b> Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI)</p> <p><b>Vitor Lippi</b> Deputado Federal (PSDB/SP)</p> <p><b>Antonio Carlos Teixeira Álvares</b> Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)</p> <p><b>Israel Guratti</b> Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)</p> <p><b>Hugo Giallanza</b> Presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais (Asteps)</p>	
<p>REQ 21/2023 Senador Astronauta Marcos Pontes</p> <p>REQ 23/2023 Senador Astronauta Marcos Pontes</p>	<p>Audiência Pública com o objetivo de debater os impactos da Reforma Tributária no setor da Tecnologia da Informação.</p> <p>Participantes:</p> <p><b>Rodolfo Fúcher</b> Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes)</p> <p><b>Márcio Gonçalves</b> Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo)</p> <p><b>Christian Tadeu</b> Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da informação (Assespro)</p> <p><b>Diego Brites</b> Vice-Presidente de Relacionamento da Associação Catarinense de Tecnologia (Acate)</p> <p><b>Gilberto Luiz do Amaral</b> Consultor da Associação Brasileira de Internet (Abranet)</p> <p><b>José Janone Junior</b> Presidente do Sindicato de Empresas de Internet do Estado de São Paulo (Seinesp)</p>	16/ago
<p>REQ 22/2023-CCT Senador Carlos Viana</p>	<p>Audiência Pública com o objetivo de debater o financiamento da pesquisa em instituições federais de ensino.</p> <p>Participantes:</p> <p><b>Roberto de Souza Rodrigues</b> Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)</p> <p><b>Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega</b> Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF)</p> <p><b>Sandra Regina Goulart Almeida</b> Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</p> <p><b>Júlio Heck</b></p>	23/ago



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

	Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) Representante de: Maria Leopoldina Veras, Presidente do Conif	
REQ 24/2023-CCT Senador Izalci Lucas	<p>Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).</p> <p>Participantes: <b>Angela Sathiko Kudo</b> Coordenadora dos Programas de Pesquisa em Ciências Agrárias do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) <b>Clenio Nailto Pillon</b> Diretor-Executivo de Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) <b>Odir Antônio Dellagostin</b> Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) <b>Gilson dos Anjos da Silva</b> Vice-Presidente Nacional de Pesquisa Agropecuária da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (Asbraer)</p>	20/set
REQ 26/2023-CCT Senador Carlos Viana	<p>Audiência Pública destinada a debater acerca da inexistência de obrigatoriedade de divulgação dos diálogos travados durante os jogos online</p> <p>Participantes: <b>Estela Aranha</b> Assessora Especial de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) <b>Marina Ganzarolli</b> Fundadora e presidente do Me Too Brasil <b>Juliana Cunha</b> Diretora da SaferNet Brasil</p>	27/set
REQ 24/2023-CCT Senador Izalci Lucas	<p>Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).</p> <p>Participantes: <b>Cleber Soares</b> Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) <b>Thiago de Mello Moraes</b> Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrária da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) <b>Vivian Libório de Almeida</b></p>	18/out



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

	Diretora do Departamento de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)	
REQ 24/2023-CCT Senador Izalci Lucas	<p>Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).</p> <p>Participantes:</p> <p><b>Eduardo Amadeu Dutra Moresi</b> Assessor Técnico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)</p> <p><b>Mário Luiz Chizzotti</b> Diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa (UFV)</p> <p><b>Aline Silva Mello César</b> Presidente da Comissão de Pesquisa e Inovação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)</p> <p><b>Tatiana Deane de Abreu Sá</b> Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental Representante de: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)</p>	25/out
REQ 29 e 36/2023 Senador Carlos Viana	<p>Audiência Pública para debater a simplificação da legislação de Ciência, Tecnologia e Inovação e disseminar boas práticas já adotadas no Brasil</p> <p>Participantes:</p> <p><b>Leopoldo Gomes Muraro</b> Consultor Jurídico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p> <p><b>Marcelo Montalvão Reis</b> Coordenador-Geral de Auditoria das áreas de Ciências, Tecnologia, Inovação e Comunicações da Controladoria-Geral da União (CGU)</p> <p><b>Leandro Santos de Brum</b> Diretor da 4ª Diretoria Técnica da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (TCU)</p> <p><b>Aldo José Gorgatti Zarbin</b> Conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)</p> <p><b>Dácio Roberto Matheus</b> Presidente da Comissão de Ciência &amp; Tecnologia e Empreendedorismo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)</p> <p><b>Gesil Sampaio Amarante Segundo</b> Presidente da Associação Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec)</p> <p><b>Antônio Fernando de Souza Queiroz</b> Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies)</p> <p><b>Márcio de Araújo Pereira</b> Vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap)</p>	22/11



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

<p>REQ 25/2023 Senador Astronauta Marcos Pontes</p>	<p>Audiência Pública para debater, analisar e ampliar a discussão da capacidade de desenvolver vacinas eficazes e seguras no Brasil.</p> <p>Participantes:</p> <p><b>Marcia Cristina Bernardes Barbosa</b> Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p> <p><b>Ana Paula Fernandes</b> Coordenadora do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Representante de Ricardo Gazzinelli</p> <p><b>Irene da Silva Soares</b> Chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP)</p> <p><b>Gustavo Mendes Lima Santos</b> Diretor de Assuntos Regulatórios, Controle de Qualidade e Estudos Clínicos da Fundação Butantan</p> <p><b>Luis Alberto Breda Mascarenhas</b> Diretor Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Senai/Cimatec)</p>	<p>29/11</p>
<p>REQ 35/2023 Senador Izalci Lucas</p>	<p>Discutir e acompanhar o projeto de conectividade das escolas públicas de ensino fundamental, em fase de implementação pelo Governo Federal, com recursos públicos da União estimados em R\$ 2,7 bilhões, além de outros R\$ 3 bilhões decorrentes da contrapartida financeira oferecida pelas empresas vencedoras da licitação do "Leilão do 5G" para a aquisição das radiofrequências leiloadas pela Anatel.</p> <p>Participantes:</p> <p><b>Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo</b> Diretor do Departamento de Investimento e Inovação do Ministério das Comunicações (MCom)</p> <p><b>Ana Úngari dal Fabbro</b> Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação na Educação Básica do Ministério da Educação (MEC)</p> <p><b>Luiz Fernando Ururahy de Souza</b> Auditor Chefe Especializado em Telecomunicações do Tribunal de Contas da União (TCU)</p> <p><b>Vicente Bandeira de Aquino Neto</b> Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)</p> <p><b>Paula Martins</b> Presidente da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace)</p> <p><b>Nelson Simões da Silva</b> Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)</p>	<p>06/12</p>
<p>REQ 38/2023 Senado Izalci Lucas</p>	<p>Debater as Implicações da Tecnologia no Processo Eleitoral Brasileiro.</p> <p>Participantes:</p> <p><b>Carlos Manuel Baigorri</b></p>	<p>12/12</p>



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

	<p>Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) <b>Felipe Marcelo Gimenez</b> Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul <b>Carlos César Moretzsohn Rocha</b> Presidente do Instituto Voto Legal <b>Amílcar Brunazo Filho</b> Auditor da Equipe do Comitê Multidisciplinar Independente (CMInd) <b>Pedro Antônio Dourado de Rezende</b> Membro do Comitê Multidisciplinar Independente (CMInd) <b>Adriel Tavares de Andrade</b> Pastor</p>	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

### 1.9 Encontro com grupo parlamentar alemão

No dia 10 de julho de 2023, a Comissão recebeu Grupo do Parlamento Alemão (Bundestag), para tratar sobre as prioridades políticas na área de ciência e pesquisa no Brasil. A comitiva foi formada pelos seguintes membros:

- Deputado Kai Gehring (BÜNDNIS 90/ DIE GRÜNEN, Aliança 90/Os Verdes) – Presidente da Comissão
- Deputado Dr. Holger Becker (SPD, Partido Social-Democrata)
- Deputada Dra. Inge Gräßle (CDU/CSU, União Democrata-Cristã/União SocialCristã)
- Deputada Profa. Monika Grütters (CDU/CSU, União Democrata-Cristã/União Social-Cristã)
- Deputado Friedhelm Boginski (FDP, Partido Democrático Liberal)
- Deputada Barbara Lenk (AfD, Alternativa para a Alemanha)
- Deputada Dra. Petra Sitte (DIE LINKE, A Esquerda)
- Representantes da Embaixada da Alemanha: Christian Stertz – Conselheiro-Ministro para Assuntos Científicos Frank Grohmann – Ministro para Assuntos Financeiros



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## 2. A COMISSÃO EM NOTÍCIAS

# Carlos Viana é o novo presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia

Da Agência Senado | 08/03/2023, 16h26



Viana: Vamos buscar ampliar a pesquisa científica e assegurar investimentos nesse setor tão importante para o desenvolvimento do Brasil

Waldemir Barreto/Agência Senado

Em reunião nesta quarta-feira (8), os senadores que integram a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ([CCT](#)) elegeram o senador Carlos Viana (Podemos-MG) como presidente do colegiado para o biênio 2023 e 2024. O vice-presidente ainda não foi eleito.

— Vamos buscar ampliar a pesquisa científica e assegurar investimentos neste setor tão importante para o desenvolvimento do nosso Brasil. Nós temos 661 matérias que estão paradas nesta comissão, no aguardo de decisões — afirmou Carlos Viana, que pediu ajuda das universidades para alavancar a pesquisa em todo o país.

Os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF), Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) e Rodrigo Cunha (União-AL), ex-presidente da CCT, parabenizaram Viana pela eleição. Ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes afirmou que a ciência afeta positivamente todas as áreas do país. Ele defendeu educação, ciência e tecnologia como um tripé que sustenta o desenvolvimento dos países.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT ouvirá ministros das Comunicações e de Ciência, Tecnologia e Inovação

Da Agência Senado | 15/03/2023, 14h11



Requerimentos de audiência pública foram formulados pelo senador Carlos Viana, que preside a comissão Roque de Sá/Agência Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ouvirá os ministros Juscelino Filho, das Comunicações, e Luciana Santos, de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os requerimentos de convite foram apresentados pelo presidente da CCT, senador Carlos Viana (Podemos-MG). O objetivo é que os ministros prestem informações acerca dos planos de ação de suas pastas para os próximos dois anos.

### Telecomunicações

A pedido da relatora, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), a proposta que amplia as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência foi retirada da pauta da reunião da CCT nesta quarta-feira (15). De acordo com o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), o [PL 4.486/2019](#) será recolocado na pauta posteriormente.

A comissão também aprovou três pedidos de outorga de serviços de radiodifusão, que serão enviados à Mesa do Senado. Foram aprovadas autorizações para rádios comunitárias em Juazeiro do Piauí (PI), por meio do [PDS 53/2016](#), e Campo Novo de Rondônia (RO), com o [PDL 103/2019](#). E foi aprovada a renovação da outorga ([PDL 327/2021](#)) de emissora em Ipanema (MG).



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Central telefônica oferecerá serviço a pessoa com deficiência, aprova CCT

Da Agência Senado | 22/03/2023, 13h25 - ATUALIZADO EM 27/03/2023, 09h15



Confúcio lê o relatório de Daniella Ribeiro  
Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou nesta quarta-feira (22) projeto determinando que as centrais telefônicas de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento especializado a pessoas com deficiência. O relatório do [PL 4.486/2019](#), da senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), foi lido por Confúcio Moura (MDB-RO). O projeto seguiu para análise do Plenário.

— Pelo projeto, a Lei Geral de Telecomunicações [[Lei 9.472, de 1997](#)] deixa claro que pessoas com deficiência têm direito ao acesso, atendimento prioritário e tratamento adequado na fruição de todos os serviços de telecomunicações, independentemente do regime de prestação — explicou Confúcio.

O relatório estabelece a diferença entre serviços públicos de emergência (Polícia, Corpo de Bombeiros, ambulâncias, disque-denúncia, Conselhos Tutelares etc.) e serviços de utilidade pública (prestadores de energia elétrica, de água e esgoto, de transporte público, etc.), cujos conceitos e funcionamento são distintos. Para Daniella, "deve-se garantir que as pessoas com deficiência tenham o atendimento prioritário e especializado aos serviços públicos de emergência, em razão da urgência da resposta que demandam".

Segundo a senadora, é importante considerar que o crescimento do acesso da população a terminais móveis com alta capacidade de processamento de dados e novos recursos de comunicação interpessoal, como os comandos de voz e mensagens instantâneas de texto, áudio e vídeo em



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

smartphones, tem sido exponencial. O incremento no uso dos serviços de comunicações móveis e na utilização de smartphones é acompanhado também pelas pessoas com deficiência, que passaram a ter a seu alcance equipamentos com mais recursos. Por isso, o texto determina que os serviços públicos de emergência e os de recebimento de denúncias de toda natureza mantidos pelo poder público e pela iniciativa privada ofereçam, mediante quaisquer tecnologias, terminais de acesso, aplicações de internet ou plataformas digitais, atendimento prioritário e especializado a pessoas com deficiência.

### **Audiência**

A CCT também aprovou a realização de uma audiência pública com a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, para que ela apresente o planejamento da pasta para os próximos dois anos. A data do debate ainda será definida.

Foi aprovado ainda um ciclo de audiências públicas sobre inteligência artificial, entre 26 de abril e 10 de maio.

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT debaterá esportes eletrônicos e incentivos a veículos elétricos

Da Agência Senado | 29/03/2023, 13h40



Rodrigo Cunha é autor dos requerimentos  
Geraldo Magela/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou nesta quarta-feira (29) a realização de duas audiências públicas para debater incentivos a carros elétricos e a regulamentação de esportes eletrônicos, ou e-sports. Os Requerimentos foram apresentados pelo senador Rodrigo Cunha (União-AL).

De acordo com Rodrigo, o debate é importante porque a eletromobilidade é uma alternativa ao uso de combustíveis fósseis, sendo capaz de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e melhorar a qualidade do ar nas cidades.

— Precisamos acompanhar essa tendência não só na nossa legislação, mas também algo que está dando certo no mundo inteiro. É uma nova realidade, pois só até o ano de 2030 se produzirão carros a combustão em vários países, entre eles a Inglaterra, enquanto no Brasil não há uma perspectiva de chegada [dos carros elétricos] aos quatro cantos do país — disse o senador.

Os senadores Astronauta Marcos Ponte (PL-SP), Izalci Lucas (PSDB-DF) e Fernando Dueire (MDB-PE) ressaltaram a importância de debater alternativas de transportes, privados e públicos, que não utilizam combustíveis fósseis, mas sim fontes não poluentes.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## E-sports

Já os esportes eletrônicos, de acordo com o requerimento aprovado, são uma atividade com crescente popularidade, com milhões de fãs e jogadores profissionais. "Porém a regulamentação dos e-sports envolve questões complexas que precisam ser debatidas."

"É um assunto que esta Casa necessita se dedicar, pois há grandes investimentos que podem chegar ao Brasil com essa regulamentação, inclusive federações, confederações e atrair mais investimentos e patrocínios. Lembrando que essa é uma forma de tirar jovens da ansiedade e até do mundo do crime", afirma o texto do requerimento.

Para Izalci, o debate será importante para disciplinar os e-sports.

— É um tema de relevância que precisamos debater urgente porque hoje os e-sports movimentam recursos altíssimos. Esse esporte disciplina e facilita o controle do atleta com relação ao uso dos equipamentos — disse.

## Outorga

Também foram aprovados na reunião desta quarta três decretos legislativos que autorizam concessão para serviços de radiodifusão em Dom Aquino ([PDL 190/2019](#)) e Nova Ubiratã ([PDL 581/2019](#)), no Mato Grosso, e Ponta Porã ([PDL 548/2019](#)), no Mato Grosso do Sul. Os projetos vão ao Plenário do Senado.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT aprova licença para três rádios comunitárias

Da Agência Senado | 12/04/2023, 13h06



Ao lado de Wellington Fagundes, Daniella Ribeiro relatou autorização para rádio em Inhambupe (BA)  
Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou três projetos de decreto legislativo que autorizam a concessão para serviços de radiodifusão em municípios da Bahia, Sergipe e Goiás.

Relatado pela senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), o [PDL 365/2019](#) renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe (BA). O [PDL 446/2019](#), relatado ad hoc pelo senador Fernando Dueire (MDB-PE), aprova autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Porto da Folha (SE). E o [PDL 414/2021](#), também relatado had hoc por Dueire, renova outorga para a Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás (GO).

Os projetos, todos de autoria da Câmara dos Deputados, seguem para o Plenário do Senado.

*Joás Benjamin sob supervisão de Sheyla Assunção*

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT autoriza rádios comunitárias em Tocantins e estados do Nordeste

Da Agência Senado | 26/04/2023, 13h03



Jussara Lima lê relatório ao lado de Izalci Lucas, que comanda a reunião Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou nesta quarta-feira (26) dez projetos de decreto legislativo (PDL) que autorizam a emissão de rádio a associações comunitárias localizadas em Tocantins e em estados do Nordeste. Os projetos são terminativos no colegiado e, se não houver recurso para análise em Plenário, seguem para promulgação.

O estado com mais autorizações foi a Bahia, com três novas associações que poderão transmitir serviços de rádio, além da Rádio Rochedo FM, cuja autorização foi renovada em Ibititá (BA). Os projetos referentes a associações nos municípios de Cardeal da Silva ([PDL 629/2019](#)), Jaguaquara ([PDL 685/2019](#)) e Ibititá ([PDL 415/2019](#)) foram relatados pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Já a outorga para a Associação de Comunicação da Comunidade de Lages do Batata, do município baiano de Jacobina, foi relatada pela senadora Jussara Lima (PSD-PI).

Os demais PDLs aprovados se referem a associações localizadas em municípios de Tocantins, Piauí e Pernambuco. [Confira aqui](#) todas as outorgas aprovadas nesta quarta-feira.

### Audiências públicas

A CCT aprovou o Requerimento (REQ) [7/2023](#), de Izalci, que propõe audiência pública sobre a relevância da ciência e a percepção pública sobre o tema.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

— O objetivo é dar transparência à população sobre a importância da ciência, tecnologia e inovação, que normalmente não têm recursos e apoio necessários para avançarmos na área de pesquisa e inovação — defendeu Izalci.

Também foi aprovada realização de audiência pública ([REQ 8/2023](#)), sugerida pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT), para debater sobre instrumentos tecnológicos que podem melhorar a segurança nas escolas. Segundo o senador, o debate contribuirá para o seu Projeto de Lei (PL) [2.256/2019](#), que cria normas gerais sobre o tema.

## RadCom

As rádios comunitárias (RadCom) são emissoras de radiodifusão geridas por fundações ou associações sem fins lucrativos e sem vínculos com outras entidades — seja financeiro, familiares, entre outros. As rádios devem ter alcance restrito a determinada comunidade, como um bairro ou uma vila, e possuem finalidade de integrar seus frequentadores, estimulando cultura, difusão de ideias, além de outros objetivos listados em lei e regulamentos.

Como a Constituição concede à União a exploração dos serviços de radiodifusão, as associações interessadas em se tornar RadCom devem enviar requerimento ao Ministério das Comunicações, que poderá publicar edital de seleção no município da sede da associação interessada. A associação concorre em igualdade com as demais interessadas em prestar o serviço na localidade, e apenas uma será escolhida pela pasta, mediante portaria de autorização do ministério.

Além da portaria o funcionamento da rádio comunitária exige que o presidente da República envie pedido ao Congresso Nacional, que verificará as formalidades legais. O processo tramita como PDL, primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado, para revisão. Somente após a publicação do decreto legislativo o ato do governo passa a ter efeito. Assim, a RadCom pode funcionar pelo período de dez anos, permitida a renovação por igual período.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT analisa outorgas de rádio e prioridades nas emendas à LOA

Da Agência Senado | 02/05/2023, 15h08



O presidente da comissão, Carlos Viana, e senadores em reunião do colegiado em abril  
Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) se reúne nesta quarta-feira (3), às 11h, para votar uma pauta com seis projetos de concessão e renovação de outorgas para o funcionamento de emissoras de rádio. Além disso, a comissão analisa três requerimentos e define a ordem de prioridade das emendas do colegiado à Lei Orçamentária Anual (LOA).

A definição das emendas será feita na primeira parte da reunião. Neste ano, as emendas de comissão permanente devem ser tratadas diretamente com a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, por meio de ofício ao ministro Alexandre Padilha.

No total, são quatro emendas da comissão. Três delas, no valor de R\$ 1 milhão cada uma, destinam recursos para projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação, a tecnologias digitais e ao processo produtivo; a iniciativas e projetos de inclusão digital; e ao fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico. A quarta emenda destina R\$ 7 milhões para apoiar projetos de tecnologias aplicadas na prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer.

Os projetos de decreto legislativo na pauta são para autorizações e renovações de outorgas de emissoras de radiodifusão comunitária em Modelo (SC), Samambaia (DF), Barra (BA), Carpina (PE), Tobias Barreto (SE) e Gandu (BA).



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Senadores alertam ministra para risco de nova versão do arcabouço cortar fundo da ciência

Da Agência Senado | 17/05/2023, 15h52



Governo recuperou R\$ 4,18 bi e ciência conta com R\$ 9,96 bi em 2023, disse Luciana Santos em audiência pública  
Roque de Sá/Agência Senado

O novo arcabouço fiscal pode provocar o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O alerta foi feito nesta quarta-feira (17) por senadores que participaram de audiência pública com a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos. Ela esteve em reunião conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), Educação (CE) e Infraestrutura (CI).

O arcabouço fiscal tramita na Câmara dos Deputados como projeto de lei complementar (PLP) [93/2023](#). O relator da matéria, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), apresentou um substitutivo ao texto original, encaminhado em abril pelo Poder Executivo. Um dispositivo sugerido por Cajado prevê o contingenciamento de recursos no caso de descumprimento de metas fiscais.

Para o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), a medida pode comprometer o FNDCT. Durante a audiência pública com a ministra Luciana Santos, o parlamentar cobrou a aplicação integral dos recursos, que somam R\$ 9,96 bilhões em 2023.

— Agora me preocupa o arcabouço fiscal. Queria que os técnicos do ministério [da Ciência] analisassem com lupa. Vários pontos foram excluídos do contingenciamento, mas não está explícita a questão do FNDCT. Isso dá margem a interpretar que ele poderá ser contingenciado. A gente tem



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

que ter um cuidado muito grande, para que não dê margem nenhuma de contingenciamento. Sabemos a importância disso — alertou Izalci Lucas.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que não há orientação do Palácio do Planalto para o contingenciamento de recursos do FNDCT. Ele lembrou que uma medida provisória ([MP 1.136/2022](#)) editada em agosto passado pelo então presidente Jair Bolsonaro bloqueou recursos do fundo. Mas salientou que um projeto de lei ([PLN 1/2023](#)) enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aprovado por senadores e deputados recompôs os recursos.

— A história de contingenciamento na regra fiscal está sendo colocada pelo Parlamento, lá na Câmara. A orientação do presidente Lula é acabar com essa história de gasto e falar em investimento. No passado, foram retirados R\$ 4,18 bilhões com a medida provisória. Com o projeto de lei, nós recompusemos. Estou de pleno acordo em relação a não termos contingenciamento, em especial sobre os recursos da ciência e tecnologia — afirmou.

A MP 1.136/2022 perdeu a eficácia em fevereiro deste ano, sem sequer ser votada por senadores e deputados. A ministra Luciana Santos classificou a medida provisória do governo Bolsonaro como um "corte drástico" no FNDCT. Ela evitou responder aos questionamentos sobre um eventual contingenciamento do fundo provocado pelo novo arcabouço fiscal. Mas disse que a pasta tem a intenção de liberar recursos "com celeridade".

— Por meio do PLN 1/2023, tivemos a recuperação de R\$ 4,18 bilhões do fundo. É motivo de grande festa na comunidade científica acadêmica e do setor produtivo poder contar com R\$ 9,96 bilhões em 2023. Foi possível liberar R\$ 1 bilhão até 14 de abril. Estamos conseguindo fazer a execução com celeridade. O volume chega a ser mais que o dobro do valor desembolsado no período anterior. Nessa primeira leva, apoiamos projetos inovadores de empresas no agronegócio, nos alimentos e nos combustíveis sustentáveis — destacou.

## Exclusão digital

O presidente da CCT, senador Carlos Viana (Podemos-MG), pediu à ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação a melhoria "nos parâmetros de conectividade da população". Ele disse que, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), quase 20 milhões de cidadãos não têm cobertura de internet.

— A exclusão digital leva a defasagem no processo de aprendizagem de nossos estudantes, dificulta a geração de emprego e renda e deteriora a qualidade de vida. É um problema cuja solução depende de uma boa vontade política e reforço orçamentário. Segundo Anatel e BID, com investimento de 9,5 bilhões de dólares, o Brasil conseguiria conectar 98,2% da população. É um valor significativo. Contudo, o montante se torna pequeno ante a perspectiva de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) que tais investimentos ensejariam. Esse incremento poderia ser de mais de 2,4% do PIB. Logo, não estamos tratando de um gasto infrutífero, mas de investimento com retorno garantido — afirmou.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Fuga de cérebros

O presidente da CI, senador Confúcio Moura (MDB-RO), defendeu mais investimentos do Poder Executivo para manter os pesquisadores no país.

— O Brasil é um país que vai aos solavancos: o que um governo faz o outro sempre se preocupa em desfazer. É um vai-e-volta permanente, e isso tem desanimado muitos pesquisadores brasileiros, que vão pouco a pouco se desiludindo com o nosso próprio país. Os maiores expoentes da pesquisa terminam saindo para outros cantos do mundo. Isso para nós é um prejuízo extraordinário — disse, referindo-se à chamada "fuga de cérebros".

A ministra Luciana Santos reconheceu que o Brasil vive um paradoxo: enquanto já esteve entre as dez maiores economias do mundo, é um dos países mais desiguais do planeta, inclusive quanto à inclusão digital e à inovação. Ela destacou que, nos primeiros quatro meses de mandato, buscou desenvolver ações focadas emergencialmente na recuperação da capacidade científica do país, com reajustes para os pesquisadores.

— Após dez anos sem reajuste, reajustamos as bolsas da carreira científica. Essa medida representa um investimento de R\$ 2,32 bilhões na correção dessa defasagem. Além do reajuste, vamos garantir uma ampliação de bolsas de iniciação científica e produtividade. Neste ano, vamos conceder 10 mil novas bolsas. Com isso, estamos garantindo R\$ 150 milhões para o fomento à pesquisa científica — afirmou.

## Desastres naturais

A senadora Teresa Leitão (PT-PE) questionou a ministra Luciana Santos sobre ações na prevenção de desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra.

— A gente tem tido desastres naturais com mais frequência. Somos cruelmente atingidos, porque são as populações mais vulneráveis que geralmente estão envolvidas. Quais as perspectivas de melhorar o sistema de monitoramento para torná-lo mais eficiente e salvar mais vidas? — indagou.

Segundo Luciana Santos, a pasta pretende ampliar o alcance do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

— Isso é uma combinação entre os eventos climáticos e as condições subnormais em que vivem as concentrações urbanas. Mais de 80% da população brasileira vive nos centros urbanos e vive em condições subnormais: em morros ou alagados. Até o final do mandato, nossa meta é ampliar o sistema de monitoramento e alerta para 1.835 municípios. Isso vai corresponder a 70% da população brasileira, exatamente a parte mais adensada, onde ficam os centros urbanos e onde temos os maiores riscos de perda de vidas — afirmou.

## Agenda legislativa



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Durante a audiência pública, Luciana Santos defendeu a aprovação de algumas matérias em tramitação no Senado. O primeiro item citado pela ministra foi o projeto de lei (PL) [2.338/2023](#), do presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O texto regula o [uso da inteligência artificial](#) e aguarda distribuição para as comissões permanentes.

— Aachamos que o projeto é muito relevante para criar marcos numa área que tem que ter controle, por motivos óbvios, pelo que impacta na mudança da vida das pessoas — disse Luciana Santos.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação defendeu ainda a aprovação do [PL 1.878/2022](#), da Comissão de Meio Ambiente (CMA), e do [PL 725/2022](#), do ex-senador Jean Paul Prates (RN). As duas matérias regulam a produção e o uso do hidrogênio verde para fins energéticos.

O PL 1.878/2022 deve ser analisado pela comissão especial de políticas públicas sobre hidrogênio verde (CEHV), instalada em abril deste ano, antes de seguir para a CI. O PL 725/2022 aguarda relatório do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) na CMA.

O presidente da CEHV, senador Cid Gomes (PDT-CE), defendeu a regulação do tema. Para ele, o hidrogênio verde não deve ser usado como um item de exportação do Brasil, mas como parte da matriz energética do país.

— O hidrogênio verde é um combustível que, diferente dos outros, não emite carbono porque a queima é só do hidrogênio. Ele é uma das alternativas na transição energética no mundo. Na Europa, eles já têm um cronograma: para 2030, o objetivo é de que 55% da matriz elétrica da Comunidade Europeia seja de origem renovável. Isso inclui hidrelétrica, eólica, solar. Mas fundamentalmente a que tem maior tendência de crescimento é a utilização do hidrogênio verde — afirmou.

Luciana Santos também recomendou a aprovação do [PL 776/2019](#), do senador Chico Rodrigues (PSB-RR). O texto permite a dedução no Imposto de Renda de doações feitas a projetos de pesquisa científica e tecnológica. A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A audiência pública conjunta foi sugerida pelos presidentes da CCT, senador Carlos Viana, e da CI, senador Confúcio Moura, além do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP). Também participaram do debate os senadores Augusta Brito (PT-CE), Omar Aziz (PSD-AM), Rodrigo Cunha (União-AL) e Wellington Fagundes (PL-MT).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Brasil expande rede 5G, mas ainda tem 20% sem internet, diz ministro

Da Agência Senado | 23/05/2023, 13h22



Juscelino Filho apontou desafios do setor de comunicação em audiência pública nesta terça-feira  
Edilson Rodrigues/Agência Senado

Com quase 20% da população brasileira ainda sem acesso à internet, é grande o desafio do Ministério das Comunicações para possibilitar conectividade a todos. Apesar do avanço da tecnologia 5G, em alguns rincões a inclusão digital sequer aconteceu. Essa situação foi bastante questionada em audiência pública conjunta das comissões de Infraestrutura (CI) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) que, nesta terça-feira (23), ouviram o ministro da pasta, Juscelino Filho.

O gestor ratificou a preocupação de que muitos são os desafios para que se possa avançar e levar inclusão digital aos cidadãos ainda desconectados.

— Entendemos que no momento que a gente leva essa inclusão digital para esses brasileiros, estamos levando junto inclusão social, melhores serviços públicos, melhores oportunidades para que possam se inserir na nossa sociedade — afirmou Juscelino Filho.

Presidente da CI, o senador Confúcio Moura (MDB-RO) destacou que o ministério das Comunicações sempre foi das pastas mais importantes, ainda mais agora pela expansão dos serviços de telecomunicações.

### 5G



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Segundo Juscelino Filho, a expansão da 5G (iniciada em 2022) vem acontecendo como planejado, sendo que "é uma tecnologia que carece de muita infraestrutura e investimento".

— O ministério vem trabalhando para que as operadoras antecipem e entreguem de forma mais rápida. Ao mesmo tempo, [trabalha para] fazer avançar o 4G nas comunidades que não tem nenhuma cobertura — explicou o ministro.

De acordo com o ministro das Comunicações, 92,36% dos moradores no país contam com a tecnologia 4G. Já a tecnologia 5G atende a 38,5% dos moradores, em 106 municípios, incluindo todas as capitais.

Entre os principais compromissos do leilão 5G (previstos para serem atendidos até 2029), estão a oferta dessa tecnologia em todos os municípios brasileiros; a oferta de 4G em 35 mil quilômetros de rodovias federais, conectando as comunidades que margeiam essas rodovias; a destinação de R\$ 3,1 bilhões para conectividade de escolas pública; de R\$ 1,3 bilhão para o Norte Conectado e de R\$ 1 bilhão para rede privativa e segura de governo.

Os senadores Weverton (PDT-MA) e Alan Rick (União-AC) enfatizaram que apesar da expansão do 5G (que cobre baixo número de municípios já atendidos, mas com grande número de pessoas concentradas), há de haver uma preocupação com o interior do país, onde muitas pessoas ainda não têm acesso à internet.

— É necessário que o governo federal coloque recursos para chegar as comunidades pobres e possamos trabalhar verdadeiramente com a inclusão digital — expôs Weverton.

## **Conectividade**

O ministério trabalha com a proposta de conectividade significativa e universal, "chave para a verdadeira transformação digital de nosso país", segundo o Juscelino Filho.

Dos 20% dos brasileiros que não acessam a internet, 60% não o fazem por falta de interesse ou necessidade e/ou por não saberem usar. O celular é o principal dispositivo acessado, sendo usado em 99,5% dos domicílios com cobertura de rede. Pelo menos 60% dos idosos acessam a web.

— Quanto mais universal for o uso, mais significativa vai ser a conectividade. E a conectividade significativa é a internet que melhora a vida das pessoas — afirmou Juscelino Filho.

Cerca de 81% dos brasileiros com idade acima de dez anos acessam a web. O tempo de uso da internet por dia Brasil é, em média, de 9 horas e 15 minutos, o segundo maior do mundo. O país fica atrás somente da África do Sul.

## **Cobertura de serviços**



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Uma das preocupações do ministério é ampliar a cobertura de serviços, inclusive para as regiões rurais e remotas e para o atendimento de áreas como educação e saúde.

A senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) reafirmou que a pandemia escancarou a situação grave da educação, já que dados do próprio ministério apontam que 91% das escolas não têm velocidade adequada.

Pelo menos 8.365 escolas públicas estão completamente desconectadas. No universo de 138.355 de escolas de ensino básico, apenas 10.407 (7,5%) possuem conexão adequada de 1 Mbps por aluno e 66.726 (48,2%) possuem Wi-Fi.

Na área de saúde, das 57.425 Unidades Básicas de Saúde (UBS), incluindo saúde indígena, 8.097 não possuem nenhum tipo de conectividade e 15.784 precisam de conectividade com maior velocidade.

A proposta, segundo o ministro Juscelino Filho, é aproveitar a expansão das redes de fibra óptica para as escolas com objetivo de também conectar UBS.

O senador Efraim Filho (União-PB) destacou que, além de educação e saúde, é preciso olhar outros setores, como a área de segurança pública. Hoje, as comunicações entre as autoridades de segurança pública, entre os estados e dentro dos estados, não se conversam, segundo o senador.

— O ministério pode fazer com que esse trabalho que está sendo feito para a educação e a saúde chegue também a esse tema — disse Efraim Filho.

Ao senador Chico Rodrigues (PSB-RR), o ministro afirmou que os pequenos provedores de internet têm uma representatividade significativa e responsabilidade de levar a conectividade a milhões de pessoas.

— Eles estão nos lugares onde não há interesse das grandes operadoras — disse Juscelino Filho.

O ministro apresentou ainda programas em andamento, como o Internet Brasil, que proporciona a distribuição de chips; o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que tem como uma das suas diretrizes a redução de desigualdades regionais e para o qual deverão ser destinados cerca de R\$ 2 bilhões em três modalidades; o Programa Computadores para Inclusão, que possui 13 centros de recondicionamento de computadores; Wi-Fi Brasil, Norte Conectado, Nordeste Conectado, Cidades Conectadas, entre outros.

## **Radiodifusão**

Quanto à radiodifusão, entre janeiro e maio foram analisados 4.475 processos de outorga, pós-outorga e fiscalização. O passivo de processos foi reduzido para 1.800 e as licitações que faltam análise diminuíram para 230, segundo o ministro.



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Para a massificação da TV digital, há o Programa Digitaliza Brasil. Dos municípios com infraestrutura já implantada — mais de 1.350 — 925 já estão com o sinal funcionando.

Uma novidade, segundo o ministro, é a TV 3.0, que abrange uma nova geração da TV digital que está chegando com imagens em 4k e 8k, com som imersivo em 3D, suporte ao HDR e com conectividade com TV aberta.

— Um fórum vai fazer a definição de qual tecnologia nós vamos usar no nosso país e assim que finalizado partimos para a implementação.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT simplifica importação de materiais para pesquisa científica

Da Agência Senado | 24/05/2023, 17h17



Aprovado na comissão nesta quinta, projeto cria cadastro de pesquisadores para facilitar importação de materiais  
Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou nesta quarta-feira (24) projeto que cria um cadastro nacional de pesquisadores com liberação imediata para importar mercadorias destinadas a estudos científicos. A proposta, do senador Romário (PL-RJ), recebeu parecer favorável do relator, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Agora o texto será analisado de forma terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O [PL 2374/2019](#) altera a [Lei 8.010, de 1990](#), que regula as importações de bens destinados à pesquisa científica. Com as modificações, o projeto busca acelerar a liberação de materiais estrangeiros usados nos estudos. Para isso, é proposta a criação, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de um cadastro nacional de pesquisadores e entidades que executem programas de pesquisa.

Com o cadastro nacional do CNPq, pesquisadores poderão adotar procedimentos de importação mais simplificados. Os bens destinados à pesquisa científica e tecnológica terão licenciamento, isenção de impostos, desembaraço aduaneiro e liberação imediata, independentemente do valor. Além disso, os cientistas poderão ingressar no país portando os materiais de estudo perante a apresentação do termo de liberação.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Emendas

Flávio Bolsonaro apresentou cinco emendas para o projeto. Na redação original, apenas o pesquisador seria responsabilizado caso usasse os materiais importados para outras finalidades que não sejam científicas. O relator propôs que, nesses casos, as instituições credenciadas também sejam tidas como corresponsáveis pelo desvio do uso e por suas consequências.

O senador também sugeriu que, após a aprovação do projeto, o Poder Executivo tenha 180 dias para regulamentar a aplicação das novas normas de importação de bens para estudos científicos. As demais emendas foram de redação.

— Todas as alterações foram feitas em conjunto com a assessoria do senador Romário para que o projeto fosse aprimorado — garantiu Flávio Bolsonaro.

De acordo com dados apresentados por Romário, 76% dos cientistas brasileiros já perderam material científico na alfândega.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Excesso de velocidade terá resposta imediata do sistema de fiscalização, aprova CCT

Da Agência Senado | 31/05/2023, 15h01



Rodrigo Cunha apresentou relatório favorável ao PL 3.610/2021, de Veneziano; texto segue para a CCJ Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou nesta quarta-feira (31) projeto pelo qual os órgãos de fiscalização de trânsito devem usar soluções tecnológicas disponibilizar os dados de forma imediata quando um veículo estiver sendo conduzido em velocidade 50% superior à permitida para a via ([PL 3.610/2021](#)). Autor da matéria, o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) sugere inclusive o uso de inteligência artificial (IA) para dar mais rapidez à resposta do poder público. A análise do projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Autor da matéria, o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) explica, na sua justificativa, que o objetivo é permitir a comunicação entre aparelhos eletrônicos ou equipamentos de fiscalização, ou entre qualquer meio tecnologicamente disponível, para que haja mais celeridade dos órgãos de controle do trânsito.

Ele menciona, também ao justificar a proposta, caso recente, em João Pessoa, no qual um condutor tirou a vida de um motociclista após trafegar em excesso de velocidade e ultrapassar sinais vermelhos em diversos pontos da cidade. "Esse tipo de crime pode ser evitado se os agentes responsáveis pela fiscalização, ou mesmo as forças de segurança pública, tenham conhecimento imediato do cometimento desse tipo de infração", argumenta Veneziano. "Ter conhecimento da infração no momento em que ela ocorre possibilitará inclusive a utilização de processamentos tecnológicos, como



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

o uso de inteligência artificial, para priorizar eventos e acionar a ação tempestiva do poder público a tempo de interceptar o infringente e fazer cessar as condutas mais danosas à sociedade", observa.

O senador Rodrigo Cunha (União-AL) apresentou relatório favorável à proposta.

— O objetivo é evitar acidentes fatais causados por excesso de velocidade. Visando a ação tempestiva do poder público no sentido de interceptar os infratores. Toda medida visando reduzir a quantidade e a gravidade dos acidentes em nossas vias é altamente relevante e merece prosperar — afirmou o relator.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT vota audiências sobre marco das startups e lei de incentivo à pesquisa

Da Agência Senado | 12/06/2023, 14h53



O senador Astronauta Marcos Pontes é o autor dos dois requerimentos para os debates Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) se reúne na quarta-feira (14), às 11h, para votar dois requerimentos de promoção de audiências públicas, apresentados pelo senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP).

Em um deles ([REQ 18/2023 — CCT](#)), o parlamentar requer debate sobre a Lei do Bem ([Lei 11.196, de 2005](#)), com objetivo de discutir ideias para criar um ambiente legal mais favorável à pesquisa, desenvolvimento e inovação. No texto do requerimento, Pontes propõe convidar representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI); da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Associação de Startups e Empreendedores Digitais; e da Câmara dos Deputados.

A Lei do Bem concede incentivos fiscais a pessoas jurídicas que investirem em atividades de inovação tecnológica. Segundo o senador, o alcance da norma tem sido limitado, pois somente empresas lucrativas podem receber os incentivos — situação que, conforme ressaltou, exclui startups em fase inicial. Marcos Pontes também repercutiu críticas aos procedimentos e critérios para obtenção dos benefícios da Lei do Bem, que são considerados complexos e muito caros.

### Marco Legal das Startups



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

O outro requerimento de audiência pública ([REQ 19/2023 — CCT](#)) tem por objetivo debater o Marco Legal das Startups ([Lei Complementar 182, de 2021](#)) com vista ao aperfeiçoamento da legislação. A lista de convidados proposta no requerimento inclui o ex-deputado federal Vinicius Poit, relator do projeto do Marco Legal na Câmara; Hugo Giallanza, presidente da Brasil Startups; Bruno Portela, da Advocacia-Geral da União (AGU); Hideraldo Luiz de Almeida, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (Ibrachics); e representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Sebrae do estado de São Paulo e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Em seu requerimento, Pontes afirma que a segurança jurídica é crucial para a confiança dos investidores. Ele chama a atenção para os desafios das startups no país, como a necessidade de maior competitividade, acesso a crédito, expansão no cenário global e redução de custos tributários. “A realização de uma audiência pública para revisitar o Marco Legal das Startups permitirá a reunião destes e outros temas, confiante para a construção de um ambiente regulatório cada vez mais favorável ao empreendedorismo e à inovação”, conclui.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Incentivos para carros elétricos serão tema de debate na CCT

Da Agência Senado | 19/06/2023, 17h25



Cesar Brustolin/SMCS

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) faz nesta quarta-feira (21), a partir das 11h, uma audiência pública para debater incentivos à eletromobilidade do Brasil. A proposta foi do senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL).

Ao propor a audiência, Rodrigo Cunha argumentou que os carros elétricos trazem os benefícios de redução da emissão de gases do efeito estufa e de diminuição da dependência do país pelo petróleo. Para o senador, é preciso avançar na articulação de solução para intensificar o uso desse tipo de mobilidade nas cidades brasileiras.

“Ainda existem desafios que precisam ser enfrentados, como a falta de infraestrutura adequada para a recarga dos veículos e a necessidade de políticas públicas que incentivem a adoção dos veículos elétricos”, explica ele no requerimento em que solicitou a audiência ([REQ 5/2023](#)).

Está confirmada a presença de Uallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A audiência também ouvirá o embaixador da Noruega no Brasil, Magne Ruud. A Noruega é o país com a maior frota elétrica do mundo, em proporção à frota total.

Outros debatedores convidados são representantes da indústria e da área de pesquisa:



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

- Tiago Chagas Faienstein, gerente de Novos Negócios da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI);
- Ricardo Guggisberg, presidente do Instituto Brasileiro de Mobilidade Sustentável (IBMS);
- Ricardo Bastos, presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE);
- Márcio Henrique Bino da Silva, coordenador do curso de Engenharia Elétrica do Instituto Federal de Alagoas (IFAL); e
- André Fortes Chaves, presidente do Laboratório de Eletromobilidade (Lemob).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Comissão debate políticas para incentivo aos veículos elétricos



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A perspectiva de ampliação da frota de veículos elétricos no Brasil e a necessidade de reduzir a carga tributária e a burocracia no setor foram discutidas pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado (CCT). O governo brasileiro vem discutindo esse assunto no contexto da reindustrialização nacional com foco nos eixos da sustentabilidade e da transformação digital.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/06/comissao-debate-politicas-para-incentivo-aos-veiculos-eletricos>

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Apoio à ciência passa por educação e combate a desinformação, aponta debate

Da Agência Senado | 28/06/2023, 17h16



Senador Izalci Lucas presidiu o debate que avaliou as consequências do negacionismo, especialmente na pandemia, e das fake news; e os desafios para que a maioria dos brasileiros volte a acreditar na ciência  
Edilson Rodrigues/Agência Senado

Promover uma educação inclusiva e combater a desinformação estão entre os principais desafios apontados por senadores e por especialistas para ampliar a confiança e o apoio à ciência e tecnologia (C&T) no Brasil. Essa defesa foi feita durante audiência pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), nesta quarta-feira (28).

Os participantes levantaram dados de pesquisas feitas pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que apontam a limitação de acesso ao conhecimento científico no país, as desigualdades nesse acesso e o impacto causado pela forte campanha de desinformação identificada no período pandêmico.

Na avaliação da diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Laila Salmen Espíndola, a divulgação científica precisa ser a palavra de ordem para que o país vença a “guerra contra a indústria produtora de fake news”. Ela alertou que a “campanha de desinformação” tem feito com que doenças já erradicadas ou controladas retornem, inclusive com agravantes, atingindo principalmente os mais vulneráveis.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

— Somos sobreviventes do negacionismo científico e sanitário oficialmente instalado nesse país durante o auge da pandemia. Termos ficado vivos representa com certeza uma missão. Precisamos nos unir para combater as fake news, reafirmando os valores éticos do conhecimento científico para recompor a saúde. Para isso precisamos priorizar a inclusão social, em todos os níveis, em todos os sentidos. Considerar o meio ambiente como um patrimônio a ser estudado e defendido, além de estabelecer o papel decisivo da educação e da ciência”.

O Senador Izalci Lucas (PSDB-DF), autor do requerimento para a realização do debate, fez referência às pesquisas do MCTIC que mostram o desconhecimento da população brasileira sobre os cientistas nacionais e a baixa participação em eventos científicos e de inovação.

— Constatou-se que o acesso a informação é limitado e que as visitas aos locais de ciência e tecnologia diminuíram. Em 2019, 82% dos brasileiros não visitaram ou participaram de iniciativas em locais de ciência e tecnologia. O que fazer para modificar esse cenário? — questionou o senador aos debatedores.

O parlamentar também transmitiu aos especialistas os questionamentos feitos por internautas que estavam acompanhando o debate através do portal E-cidadania. Grande parte das perguntas foi em relação as motivações que levaram os brasileiros, recentemente, a desconfiar da ciência. Eles citaram como exemplo a baixa cobertura vacinal registrada nos últimos anos.

## Educação

Na visão da secretária de Políticas e Programas Estratégicos do MCTIC, Márcia Cristina Bernardes Barbosa, esse cenário só pode ser alterado através de um projeto que pense um sistema de educação com método e ética científicos adaptados a nova realidade das crianças e dos jovens e que envolva todas as camadas da população. Somente através dessa educação, acredita ela, será possível criar “uma confiança na autoridade do conhecimento”.

— A educação precisa trazer não só novidades para os jovens que não estão com a mesma dinâmica de ficar sentado numa sala de aula que parece uma linha de montagem. Eles também precisam ter uma construção de conhecimento que não é um conhecimento de memorizar — avaliou.

Apesar de reconhecer que a “negação da ciência não é de hoje”, a presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Bonciani Nader, alertou ser um movimento mundial e que é preciso entender esse fenômeno a partir do questionamento sobre “a quem interessa” essa campanha para desacreditar o desenvolvimento científico.

— O pai vacinado que não teve poliomielite por causa da vacina não está vacinando seu filho. E eu vejo que tem medidas que precisam transcender algumas coisas da chamada liberdade. Porque a criança é responsabilidade do Estado brasileiro. A criança não sabe dizer que quer tomar a vacina. Mas o Estado brasileiro sabe que ela precisa da vacina.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

O professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Yuriy Castelfranchi, que esteve à frente desses estudos, apontou a necessidade de se avaliar melhor os fatores que influenciam o negacionismo.

— Nem em todo caso o fator central é a ignorância. Nós mostramos, nas nossas pesquisas, que existem pessoas com acesso ao conhecimento científico e que mesmo assim rejeitam as evidências científicas por motivo de interesse, por razões políticas. E que pouquíssimos brasileiros que têm baixo acesso ao letramento científico, em geral, apoiam sim a ciência. Não é apenas a ignorância e a falta de acesso ao conhecimento que geram atitudes de hostilidade. Mas a desinformação tende sim a gerar incerteza. Incerteza de confiança nas instituições, não tanto no conhecimento científico — acrescentou.

### **Plataformas digitais**

O levantamento feito pelo CGEE e citado pelos debatedores indica que, apesar de 62% da população brasileira declarar ter algum nível de interesse em C&T, os dados trazem um alerta sobre o desconhecimento acerca do tema. 90% dos entrevistados não souberam apontar o nome de algum cientista e 88% não se lembrava de nenhuma instituição de ciência, nem mesmo universidades. Por outro lado, o divulgador científico, Átila Iamarino, que ficou conhecido durante a pandemia por apresentar e defender os dados científicos em relação a covid-19 nas redes sociais, apontou para dados que, segundo ele, evidenciam a necessidade de mudança em comunicar, educar e se investir em ciência.

O mesmo estudo do Ministério da Ciência e Tecnologia indica que o consumo dessa temática entre os jovens, de 15 a 24 anos, está centrado nas plataformas digitais como Google, YouTube, WhatsApp, Facebook e Instagram. O que, conforme o cientista, mostra um viés ainda mais forte de busca por conteúdo em vídeo de curta duração, que retém atenção por um curto período de tempo. Um consumo de conteúdo, segundo ele, feito de forma passiva e sugerido pela lógica do algoritmo.

— Então se a gente quer motivar os jovens, trazer de volta os jovens para as universidades, falar com eles e formar os futuros profissionais em pesquisa e ciência, temos que considerar esses meios digitais — defendeu, ao citar como exemplo os planos estratégicos de divulgação feitos pelos Estados Unidos à agência federal NASA (Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço), com o objetivo de ampliar a credibilidade, a atenção e o engajamento na ciência e inovação.

### **Diversidade e mudanças climáticas**

A empresa 3M do Brasil conta com o trabalho de 100 cientistas no país e já desenvolveu mais de 55 mil produtos através da tecnologia e inovação para melhorar e facilitar a vida do cidadão. A líder da corporação, Adriana Blikstein, divulgou estudo feito em 2019 o qual mostra que 86% dos brasileiros estão mais preocupados com as mudanças climáticas hoje do que no passado. Além disso, segundo os dados da mesma pesquisa, 77% afirmaram que acreditam que as mudanças climáticas são reais e que irão afetá-los pessoalmente.



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Olhando para esses dados, Blikstein defendeu que o Legislativo dê prioridade na aprovação de projetos que estimulam a preservação ambiental, como o [PL 412/2022](#), que regula o mercado de carbono e o [PL 398/2018](#) que incentiva a entrada de meninas e mulheres na área científica.

— A ciência e a comunidade científica devem ser uma representação de nossa sociedade. Mulheres e meninas constituem a metade da população mundial e precisamos mostrar que elas também podem ser cientistas. Mais diversidade nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática levam a melhores soluções.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Senador cobra segurança jurídica para startups, em debate na CCT

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debateu na quarta-feira (5) o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador para aperfeiçoamento da legislação vigente. O senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), que pediu a audiência, defendeu mais segurança jurídica para os empreendedores e o investimento em empresas locais para a geração de emprego.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/07/senador-cobra-seguranca-juridica-para-startups-em-debate-na-cct>

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Parlamentares de Brasil e Alemanha discutem cooperação científica



Waldemir Barreto/Agência Senado

Representantes do Parlamento da Alemanha foram recebidos pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado nesta segunda-feira (10). O objetivo do encontro foi discutir a cooperação no setor de pesquisa e tecnologia entre os dois países e promover o desenvolvimento.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/07/parlamentares-de-brasil-e-alemanha-discutem-cooperacao-cientifica>

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT dará ênfase à nanotecnologia e à indústria farmacêutica



Geraldo Magela/Agência Senado

No segundo semestre de 2023, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) deverá focar em projetos relacionados à nanotecnologia, à biologia, ao debate sobre propriedade intelectual e matérias que gerem incentivos à indústria farmacêutica. O plano de trabalho foi aprovado nesta quarta-feira (12).

Ao apresentar a lista de projetos que devem ser priorizados, o presidente da CCT, senador Carlos Viana (Podemos-MG), falou da expectativa de que o Poder Executivo envie ao Congresso projeto de lei que atenda ao artigo 219-B da Constituição Federal, regulando o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). A proposta de uma nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia foi debatida pela CCT em [julho de 2022](#), com o então senador Jean Paul Prates (RN), que hoje preside a Petrobras.

— Vejo um segundo semestre bem mais produtivo ainda do que foi o primeiro. O desenvolvimento de ciência e tecnologia é crucial para um país, porque impulsiona a inovação, o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Além disso, contribui para a solução de problemas globais. Investir nessas áreas traz benefícios significativos em diversos aspectos, incluindo avanços em setores-chave, competitividade global, criação de empregos, avanços na saúde, infraestrutura e serviços públicos aprimorados, bem como soluções para desafios ambientais — disse Carlos Viana.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) elogiou o plano de trabalho da comissão.

— A gente deu um grande avanço com esse plano, que a gente já começou a desenvolver na manhã de hoje. Parabéns a toda a equipe e todos os consultores que trabalharam nessa construção.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

**Veja abaixo as propostas que devem ser discutidas pela CCT a partir de agosto, após o recesso parlamentar:**

<a href="#">PL 880/2019</a>	De autoria do ex-senador Jorginho Mello SC), hoje governador de Santa Catarina, institui o Marco Legal da Nanotecnologia e Materiais Avançados. A CCT decidirá em caráter terminativo sobre essa proposição, que tem como relatora a senadora Teresa Leitão (PT-PE);
<a href="#">PL 3.466/2019</a>	De autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), cria o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e permite dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de parcela dos valores investidos nesses empreendimentos. A matéria está pronta para ser pautada;
<a href="#">PLP 23/2019</a>	Do ex-senador Jorginho Mello, incentiva a pesquisa e o desenvolvimento da nanotecnologia. A matéria está com o relator, senador Fernando Dueire (MDB-PE);
<a href="#">PL 5.066/2020</a>	Do senador Plínio Valério (PSDB-AM), estimula a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. O projeto aguarda designação de relator;
<a href="#">PL 3.000/2021</a>	Do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), estabelece incentivo à doação de equipamentos de pesquisa a instituições públicas de ensino superior e a instituições científicas, tecnológicas e de inovação. A matéria aguarda designação de relator;
<a href="#">PL 4.465/2021</a>	Do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), incentiva a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no setor de saúde, com vistas à sua capacitação produtiva e tecnológica e dá outras providências. A matéria aguarda designação de relator;
<a href="#">PL 4.467/2021</a>	também de Alessandro Vieira, destina recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas. A matéria aguarda designação de relator;
<a href="#">PRS 69/2023</a>	Do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil. A matéria aguarda a designação de relator.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Debatedores pedem incentivos à inovação para startups e pequenas empresas

Da Agência Senado | 02/08/2023, 16h13



Autor do requerimento para o debate, Pontes presidiu a reunião Roque de Sá/Agência Senado

Para aumentar a inovação tecnológica, startups e pequenas empresas devem receber incentivos fiscais. A afirmação foi feita por participantes de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) nesta quarta-feira (2). O debate foi solicitado pelo senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) para aperfeiçoar a chamada Lei do Bem ([Lei 11.196, de 2005](#)), que incentiva pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no setor privado.

A Lei do Bem permite que empresas compensem os gastos em atividades de PD&I com o abatimento em três tributos: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Para Pontes, que presidiu a reunião, a inovação tem a capacidade de desenvolver diversas áreas do país e apontou alguns gargalos para o crescimento do setor.

— Se você investe em ciência, tecnologia e inovação de forma constante e estável, você melhora a educação, o ambiente de negócios, o país muda completamente. Durante meu tempo como ministro [da Ciência e Tecnologia, durante a gestão de Jair Bolsonaro], procuramos corrigir alguns aspectos da utilização da Lei do Bem. Muitas empresas não sabem que podem utilizar, e quando sabem, têm certa insegurança jurídica e fiscal. Divulgamos publicações de forma que as empresas tivessem



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

direcionamento. [Também] precisamos ter migração de parcela significativa de mestres e doutores da academia para dentro das empresas — disse o senador.

Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), José Afonso Cosmo Júnior apontou o reflexo dos incentivos no investimento privado e explicou quais empresas podem usufruir do benefício. Em 2021, 3.012 empresas foram beneficiadas com a lei.

— A cada R\$ 1 que o Estado deixa de arrecadar, R\$ 4,6 são investidos pelas empresas. Neste ano, a lei completa 18 anos, mas ainda é um pouco desconhecida. [A norma] estabelece incentivos fiscais para pessoas jurídicas operando no regime jurídico de lucro real, que é um limitador, porque [normalmente] são as maiores empresas. A empresa tem que ter lucro, porque, se não tem, não paga tributo e não tem onde excluir da base de cálculo. A empresa realiza o investimento, coloca na declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica que realizou o investimento e, no ano seguinte, presta informação dos projetos ao MCTI, que analisa e emite um parecer final — disse.

#### Pequenas empresas

O representante do MCTI ainda destacou que a Lei do Bem não pode alcançar negócios que optam pelo Simples Nacional. Para ele, a renúncia fiscal da União seria alta ante as mais de 6 milhões de empresas sob este regime tributário. A solução seria haver outra legislação de incentivo com essa finalidade. A constatação foi dada em resposta ao senador senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que questionou sobre a presença de empresas menores no benefício.

— Como a lei impede que a empresa optante do Simples Nacional receba incentivos fiscais, na prática, micros e pequenas empresas são excluídas da Lei do Bem. Grande parte das startups adotam o Simples Nacional — disse Izalci.

O senador é autor do [PL 2.838/2020](#), que altera a Lei do Bem para, entre outros pontos, tornar esses empreendimentos beneficiários indiretos do benefício fiscal. Segundo o projeto, relatado por Pontes, as empresas que usufruem da Lei do Bem podem deduzir de suas despesas operacionais os valores transferidos a micros e pequenas empresas para PD&I.

O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) apresentou mudança semelhante no trato com startups que espera incluir na Lei do Bem. Lippi é um dos relatores do [PL 4.944/2020](#) na Câmara dos Deputados, que tramita em regime de urgência.

— É difícil imaginar que você vai ter todos os recursos e pesquisas dentro da sua empresa para encontrar a melhor solução. A melhor solução é ter grandes parcerias, com startups, com fundos de financiamento. Poder contabilizar [na dedução] esses recursos que serão utilizados na inovação aberta. Isso faz diferença extraordinária — afirmou o deputado.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

O presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais (Asteps), Hugo Giallanza, defendeu parcerias de grandes empresas com startups, que possuem maior flexibilidade na operacionalização das pesquisas.

#### Outros gargalos

A diretora de inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, apresentou pesquisa sobre as principais queixas das empresas quanto à execução da Lei do Bem.

— As principais dificuldades na utilização da Lei do Bem são questões da prestação de contas, limitação do benefício ao ano. É muito importante falar sobre sistemáticas de análise e aprovação de projetos [no MCTI]. A inovação tem que acontecer rapidamente e a sistemática de avaliação também precisa ser rápida — disse Gianna.

A demora na análise do MCTI gera insegurança jurídica nas empresas porque, se a resposta for negada após o tempo hábil para retificar a declaração de IRPJ, a empresa arca com multa ante a Receita Federal.

Os participantes também criticaram a regra atual de permitir que os benefícios fiscais sejam válidos apenas por um ano. Para eles, isso é prejudicial à empresa caso não haja lucro no ano do benefício, algo comum na atividade de risco na atividade de PD&I.

Também participaram do debate o diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Antonio Carlos Teixeira Álvares, e o gerente de Tecnologia da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Israel Guratti.

#### Lei do Bem

A Lei do Bem é o principal instrumento de estímulo às atividades de PD&I nas empresas brasileiras, segundo o MCIT. A norma é aplicada a qualquer setor da economia em todo o país.

As atividades de P&D não precisam se relacionar necessariamente à atividade fim da empresa. Seus incentivos fiscais foram regulamentados pelo [Decreto 5.798, de 2006](#), para ganho de qualidade ou de produtividade das empresas.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT aprova projeto contra pirataria de software no serviço público

Floriano Filho | 10/08/2023, 08h28



Roque de Sá/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou projeto contra pirataria de software no serviço público. O [PL 2.686/2019](#) torna a Lei das Licitações Públicas ([Lei 14.133, de 2021](#)) mais rigorosa, exigindo que o edital especifique os programas contidos nos equipamentos de informática adquiridos pelo poder público. O colegiado também aprovou um requerimento para uma audiência

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/08/09/cct-aprova-projeto-contr-pirataria-de-software-no-servico-publico>



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Comissão debateu efeitos da reforma tributária sobre as empresas de tecnologia da informação

Bianca Mingote | 17/08/2023, 17h14



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) debateu os impactos da proposta de emenda à Constituição da reforma tributária ([PEC 45/2019](#)) sobre as empresas de tecnologia da informação (TI). O debate atendeu a requerimento ([REQ 21/2023](#) — CCT) do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP). Os representantes do setor de tecnologia se manifestaram contrários ao aumento de impostos para a área.

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/08/17/comissao-debateu-efeitos-da-reforma-tributaria-sobre-as-empresas-de-tecnologia-da-informacao>



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Debate na CCT: é preciso investir mais para retomar pesquisa científica no país

Augusto Castro | 24/08/2023, 17h14



Roque de Sá/Agência Senado

Uma [audiência pública interativa](#) realizada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) nesta semana mostrou que o Brasil precisa aumentar os investimentos públicos para manter e ampliar a pesquisa científica no país. Os quatro reitores participantes defenderam mais recursos e a valorização não apenas das instituições federais de ensino, mas também de seus profissionais.

Na mesma linha, o presidente da CCT, senador Carlos Viana (Podemos-MG), apoiou o fortalecimento das pesquisas em ciência e tecnologia, patentes, desenvolvimento de sistemas e vacinas, por exemplo. Ele disse que vai levar à Comissão Mista de Orçamento (CMO) as sugestões e os pedidos dos reitores. Viana também leu várias perguntas enviadas por cidadãos à comissão pelo [e-Cidadania](#).

### Produção científica

A reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Goulart Almeida, disse que 95% da pesquisa feita no Brasil está nas universidades públicas. Essa concentração também ocorre em outros países. A falta de maior apoio financeiro acarreta a “evasão de cérebros”, com cientistas brasileiros buscando cada vez mais melhores oportunidades no exterior.

— Onde se faz pesquisa, é necessário que haja recurso público— afirmou a reitora.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Em 2022, de acordo com sua exposição, os cientistas no país publicaram 7,4% menos artigos do que em 2021, primeira queda desde 1996 e comparável à atual situação da Ucrânia. Ela defendeu que a pesquisa científica nacional precisa de investimentos contínuos e sustentados ao longo dos anos.

— Nós sofremos muito nos últimos anos em termos de cortes orçamentários. O teto de gastos afetou diretamente a produção das universidades públicas e também das instituições públicas, um impacto direto— lamentou Sandra Regina.

De acordo com ela, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento caíram para 1,14% do PIB em 2020. Em 2019, a porcentagem era 1,21%. A educadora disse que países como Alemanha, Estados Unidos e Japão mantêm gastos em torno de 3% de seus PIBs; e China e Reino Unido em torno de 2%.

Em sua opinião, o Brasil precisa investir ao menos 2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento se quiser competir com os países mais desenvolvidos. A reitora apoiou a [PEC 31/2023](#), do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), que determina o aumento contínuo da aplicação de recursos em ciência, tecnologia e inovação, até que se alcance [2,5% do PIB](#) em 2033.

#### Bolsas

O reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Roberto de Souza Rodrigues, informou que 70% dos estudantes das universidades federais têm renda inferior a dois salários mínimos.

Com essa realidade, as universidades precisam de mais recursos públicos para investimentos que ajudem, também, na manutenção dos estudos de pessoas de baixa renda, como restaurantes universitários e moradias para estudantes.

O reitor disse que, mesmo com poucos recursos e com dificuldades que se repetem ano a ano, uma das prioridades das universidades federais é manter o pagamento de bolsas de iniciação científica, em virtude da importância estratégica da pesquisa para o país.

— Ensino, pesquisa e extensão: a pesquisa é um dos pilares da nossa Constituição — disse Roberto de Souza Rodrigues, referindo-se ao [art. 207 da Constituição Federal](#).

#### Soberania nacional

O reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega, defendeu a produção de conhecimento científico e de tecnologias como base para o desenvolvimento socioeconômico do país.



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Em sua avaliação, o papel das universidades públicas tem sido fundamental na produção de conhecimento básico e de conhecimento aplicado no Brasil, gerando mais independência para os indivíduos e mais autonomia para as instituições, fortalecendo a soberania nacional.

— A capacidade de produção de conhecimento, na sociedade do conhecimento, é o que define a liberdade de um país para escolher seus próprios destinos — alertou o reitor.

Também participaram do debate o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Júlio Heck, e os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF), Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves (Republicanos-DF).

Damares disse que o Congresso precisa estabelecer quesitos claros de investimentos em pesquisas no próximo Plano Plurianual (PPA), que vai subsidiar os orçamentos anuais de 2024 a 2027. Viana definiu o PPA como fundamental para a valorização da pesquisa nacional nos próximos anos.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Aprovada ampliação de benefícios fiscais para empresas que investem em pesquisa

Da Agência Senado | 30/08/2023, 16h39



Projeto de autoria de Izalci (dir), com substitutivo de Pontes (esq), segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)  
Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou, nesta quarta-feira (30) o projeto de lei que amplia os benefícios fiscais para empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. De autoria do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), o [PL 2.838/2020](#) foi aprovado na forma do substitutivo (texto alternativo) apresentado pelo relator na comissão, o senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP). O texto segue agora para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto altera a chamada Lei do Bem ([Lei 11.196, de 2005](#)), que concede incentivos fiscais para as empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento tecnológico na concepção de novos produtos, no aprimoramento daqueles já existentes ou na melhoria dos processos de fabricação. Os senadores avaliaram que a aprovação do texto favorece pequenas e médias empresas na realização de investimentos no setor de pesquisa e inovação.

Ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações de 2019 a 2022, Pontes destacou a importância da aprovação do projeto.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

— A aprovação desse projeto vai ser muito importante para o desenvolvimento do país com todas as suas consequências positivas em todos os setores. Vai gerar recursos, manter os cérebros no país e favorecer a criação de empregos no Brasil — afirmou.

Izalci Lucas parabenizou o relator pelo aperfeiçoamento do projeto e disse que o investimento em ciência e tecnologia precisa colocar as pequenas e médias empresas na era digital. O senador pediu que a CAE avalie o projeto de forma célere para que o texto depois siga para apreciação do Plenário no menor tempo possível.

O senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL) também defendeu a aprovação do projeto.

— Buscamos investimentos em inovação. As micro e pequenas empresas terão possibilidade de fazer a sua contribuição, transformar em realidade os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Teremos resultado muito mais importante para ser investido em inovação e, logicamente, trazer o desenvolvimento econômico e social para o país — afirmou.

O senador Mauro Carvalho Júnior (União-MT) disse que o projeto favorece os empreendedores e dará oportunidade de pequenas e médias empresas serem beneficiadas com incentivos à tecnologia brasileira.

## O que prevê o projeto

O substitutivo de Pontes permite que as empresas deduzam parte dos gastos com pesquisa tecnológica e desenvolvimento no cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em relação à lei atual, o texto inclui novos tipos de gastos e investimentos que podem ser deduzidos e altera a sistemática de dedução: em vez de debitar um percentual desses valores na base de cálculo dos tributos, o substitutivo determina a dedução de um determinado percentual diretamente no valor do imposto apurado.

De acordo com o projeto, também poderão ser deduzidos do cálculo da CSLL e do IRPJ a aplicação em fundos de investimentos ou programas governamentais destinados a apoiar empresas de base tecnológica; pagamentos relacionados a parcerias com universidades e instituições de pesquisa; e a contratação de outras empresas para a prestação de serviços tecnológicos especializados.

Importâncias transferidas para startups, micro e pequenas empresas destinadas à execução de pesquisa tecnológica e de desenvolvimento de inovação tecnológica também poderão ser deduzidas no cálculo do IRPJ e da CSLL. O mesmo vale para os pagamentos feitos a inventores independentes e a projetos executados por Instituição Científica e Tecnológica (ICT).

O projeto altera igualmente a lei para permitir que as micro e pequenas empresas que apuram o imposto de renda com base no lucro real possam se beneficiar da Lei do Bem, o que atualmente não é permitido.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

O substitutivo permite ainda que as empresas beneficiárias da Lei do Bem ou da Lei da Informática ([Lei 8.248, de 1991](#)) deduzam diretamente do IRPJ e da CSLL entre 20,4% e 27,2% dos valores dispendidos em pesquisa e desenvolvimento. O percentual varia conforme o número de pesquisadores contratados pela empresa. Caso o montante da isenção ultrapasse o valor desses tributos, o excedente poderá ser usado para abater os tributos em exercícios posteriores — algo que atualmente não é permitido pela Lei do Bem.

Hoje a lei permite que seja deduzido um percentual entre 60% e 80%, mas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, e não diretamente do valor dos tributos. Pontes argumenta, no relatório, que essa alteração mantém a desoneração nos mesmos níveis atuais, mas simplifica o recolhimento dos tributos e dá maior segurança jurídica para as empresas. Ele explica que a nova redação pretende contemplar a dinâmica do mercado de trabalho, de forma a não exigir que os pesquisadores sejam empregados celetistas.

Adicionalmente, poderá ser deduzido do IRPJ e da CSLL até 6,8% da soma dos valores referentes a pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. Poderão ser deduzidas, no mesmo percentual, aplicações em fundo de investimentos e participações (FIP) e fundos patrimoniais destinados a apoiar startups.

Para estimular a contratação de profissionais pós-graduados, o substitutivo autoriza deduzir do CSLL e do IRPJ até 6,8% dos gastos com remuneração de pesquisadores com títulos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, contratados especificamente para o exercício de atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica em regime de dedicação exclusiva.

O texto aprovado concede isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico — atualmente, a lei concede 50% de isenção desse imposto.

As empresas beneficiárias desses incentivos deverão prestar contas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que poderá delegar a avaliação das informações prestadas a especialistas externos e empresas certificadoras contratados para esse fim.

De acordo com o autor do texto original, senador Izalci, para cada R\$ 1 de incentivo fiscal da Lei do Bem, estima-se que sejam obtidos R\$ 5 de investimento privado em inovação. “Ampliar e aprimorar os benefícios fiscais da Lei do Bem é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Brasil, com uma agenda de futuro, além de trazer segurança jurídica nos investimentos privados”, afirma ele na justificativa do projeto.

O relator, por sua vez, informa que, desde a sanção da Lei do Bem, foram abertos pelo menos 15 novos centros de pesquisa e desenvolvimento no país, responsáveis pela criação de mais de 20 mil produtos ou inovações, segundo dados da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei).



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

De acordo com o relator, o substitutivo que propôs busca atender às demandas apresentadas pelo setor em audiência realizada pela CCT no começo de agosto e incorpora dispositivos do PL 2.838/2020 e de outros projetos que tratam do mesmo tema, como o [PL 2.707/2020](#), também do senador Izalci, e o [PL 4.944, de 2020](#), da Deputada Luisa Canziani (PSD-PR), o qual ainda tramita na Câmara dos Deputados, onde recebeu substitutivo do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP).

## Frente Parlamentar

Na mesma reunião, foi aprovado projeto de resolução apresentado pelo senador Rodrigo Cunha que institui a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação ([PRS 10/2019](#)). A Frente Parlamentar já existe há alguns anos e será renovada no Senado, explicou o senador Izalci Lucas ao falar sobre o projeto, a ser encaminhado à Comissão Diretora do Senado.

## Requerimentos

Os senadores aprovaram ainda três requerimentos, os quais preveem a realização de audiências públicas, em datas a serem definidas, para analisar e ampliar a discussão da capacidade de desenvolver vacinas eficazes e seguras no Brasil ([REQ 25/2023](#)); debater o [PL 6.417/2019](#), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária ([REQ 24/2023](#)); e discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano ([REQ 27/2023](#)).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT aprova projeto que prevê adesão de nanotecnologia ao Simples Nacional

Da Agência Senado | 13/09/2023, 13h25



Dueire, relator: no Brasil, dificuldades são maiores quando a área de atuação é a pesquisa tecnológica, que envolve grandes riscos e muito investimento  
Roque de Sá/Agência Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou o [PLP 23/2019](#), que permite a adesão de empresas de nanotecnologia ao Simples Nacional. O projeto do ex-senador Jorginho Mello (SC) recebeu voto favorável do senador Fernando Dueire (MDB-AL) e agora segue para deliberação do Plenário do Senado.

O texto altera a [Lei Complementar 123, de 2006](#), para incluir as empresas de suporte, análises técnicas e tecnológicas, pesquisa e desenvolvimento de nanotecnologia entre aquelas que podem optar por aderir ao Simples Nacional, sendo tributadas na forma do Anexo III da lei, que prevê alíquotas que variam de 6% a 33%, conforme a receita bruta.

Nanotecnologia é a manipulação e o desenvolvimento de componentes extremamente pequenos, dos tamanhos de átomos e moléculas. Telas de TV de alta definição e microprocessadores são exemplos de aplicações dessa tecnologia.

O autor do PL argumenta que, há em nosso país um solo rico em grafeno, mas que "infelizmente, ou felizmente, não sabemos onde pode ser aplicado, e que precisa-se estudar e desenvolver para saber onde podemos aplicar essa tecnologia. Para viabilizarmos esses estudos, precisamos amenizar os custos deste tipo de empreendimento", conclui.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

O autor acredita ainda que esta alteração fará com que surjam novas empresas dispostas a investir esforços nas pesquisas e desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil.

Fernando Dueire observou, no relatório, que as dificuldades que os empreendedores costumam ter no Brasil são ainda maiores quando sua área de atuação é a pesquisa tecnológica, que envolve grandes riscos e demanda grandes investimentos.

### **Audiências**

A CCT também aprovou uma série de requerimentos para a promoção de audiências públicas. Um deles ([REQ 26/2023](#)) é para debater acerca da inexistência de obrigatoriedade de divulgação dos diálogos travados durante os jogos online. Outro requerimento ([REQ 29/2023](#)) prevê a discussão da simplificação da legislação de Ciência, Tecnologia e Inovação e disseminar boas práticas já adotadas no Brasil.

Também foi aprovado o requerimento ([REQ 30/2023](#)), que solicita audiência em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater a autonomia universitária e coletar sugestões de aprimoramento legislativo sobre a temática

*Rodrigo Gomes sob a supervisão de Sheyla Assunção*



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Organização de sistema para pesquisa agropecuária é positiva, dizem especialistas na CCT

Da Agência Senado | 21/09/2023, 17h06



Izalci (ao centro): saudou a aproximação entre empresas, governo e academia, com apoio da tecnologia, em prol da pesquisa agropecuária  
Pedro França/Agência Senado

O projeto que organiza o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) foi tema de audiência pública interativa da Comissão de Ciência e Tecnologia na quarta-feira (20). Especialistas no tema avaliaram como positivo o texto que cria uma rede colaborativa de informações sobre pesquisa agropecuária — medida que consideram capaz de otimizar os esforços científicos no setor — e apresentaram sugestões para aprimoramento da proposta. A audiência foi presidida sucessivamente pelos senadores Fernando Dueire (MDB-PE), Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Izalci Lucas (PSDB-DF) — que é relator do projeto.

De autoria dos senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (Podemos-MS), o [PL 6.417/2019](#) foi aprovado em 2021 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na forma do relatório do ex-senador Acir Gurgacz (RO), de onde seguiu para a análise da CCT.

O SNPA está previsto na Constituição e foi criado pela [Lei 8.171, de 1991](#). O projeto regulamenta o seu funcionamento. Segundo o texto, o sistema terá planos plurianuais e planos operativos anuais elaborados pelo poder público, ouvidas instituições de pesquisa federais e estaduais, organizações de produtores e de trabalhadores rurais e instituições privadas que desenvolvam pesquisa agropecuária.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Clenio Nailto Pillon, diretor-executivo de pesquisa e inovação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), saudou todas as entidades que formam o SNPA, que considera referência para o mundo, e argumentou que o avanço na produção de alimentos verificado no Brasil nas últimas décadas é decorrente do investimento maciço em ciência e tecnologia. Segundo os dados estatísticos que apresentou, a produção de cereais por habitante por ano triplicou nos últimos 50 anos, e o aumento da produtividade por hectare reduziu a pressão pelo avanço sobre os biomas.

— Não existe precedente no mundo numa evolução tão importante de ganhos tão expressivos quanto tivemos aqui no Brasil.

Pillon também expôs o papel da Embrapa nos desafios da transição alimentar que afeta o mundo inteiro, como a tensão entre soberania alimentar e a maciça importação de fertilizantes, o aumento do investimento em fontes renováveis de energia, e a investigação dos efeitos das mudanças no clima sobre os cultivares.

Ele declarou esperar que a nova organização do SNPA seja capaz de coordenar as agendas das entidades vinculadas e definir compartilhamento de governança e estratégia dentro do sistema, e sugeriu que o projeto discuta a remoção de barreiras ao compartilhamento de competências e estruturas — como exemplo, ele citou a dificuldade para colocação de um pesquisador da Embrapa em uma universidade, ou de um professor universitário na Embrapa.

— É como se, no nosso corpo humano, o sangue tivesse que pedir passagem para ir do coração para o pulmão. Esse é o nosso sistema hoje — lamentou.

Vice-presidente nacional de pesquisa agropecuária da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (Asbraer), Gilson dos Anjos da Silva expressou a demanda pelo estabelecimento de planos plurianuais e planos operativos anuais para a pesquisa, além de articulação do SNPA em plataforma digital com informações padronizadas. Em sua opinião, um banco de dados interligado trará mais avanços e produtividade.

— Ainda existem estados onde gastamos a nossa energia estudando e pesquisando o mesmo produto. A mesma pesquisa que se faz, por exemplo, em Sergipe, se faz em outro estado.

A Asbraer também levou à CCT preocupações com o projeto que, nos termos atuais, obriga o ingresso de muitas entidades no sistema. Segundo Gilson dos Anjos da Silva, isso pode resultar em um “gargalo” a dificultar o funcionamento do SNPA.

Representando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a coordenadora dos programas de pesquisa em ciências agrárias Angela Sathiko Kudo também criticou o ingresso obrigatório das entidades no sistema. Para ela, instituições de “papel mais estratégico” deveriam ser obrigadas a ingressar no SNPA, ou o sistema acabaria direcionando recursos a organizações que nem sempre terão contribuição proporcional na geração de dados.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Porém, Kudo afirmou a importância de uma “forma mais centralizada” de disponibilização de informações, com dados abertos ao público como regra.

— No CNPq sentimos muita falta de uma plataforma ou uma fonte em que possam ser consultados os diversos trabalhos que estão sendo realizados.

Odir Antônio Dellagostin, presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), também expressou o entendimento de que a participação no SNPA deva ser opcional e apontou uma abrangência excessivamente ampla do texto do projeto — da forma como está, a definição de pesquisa agropecuária tenderia a englobar “todas as áreas da ciência”, não somente aquelas voltadas às atividades rurais. Mas, em geral, o texto foi considerado positivo.

— O projeto de lei certamente vai contribuir para a estruturação da pesquisa agropecuária em nosso país — definiu.

Em resposta a dúvidas do público no e-Cidadania, Dellagostin declarou esperar que a inteligência artificial contribua principalmente para a atualização automática da plataforma digital a ser criada em lei. Ele também defendeu a estrutura brasileira de biossegurança, lembrando que, em mais de 20 anos, o uso de organismos geneticamente modificados no país não resultou em um único caso de risco à saúde ou ao meio ambiente.

Concluindo o debate, Izalci expressou seu desejo de que a questão seja aprovada sem demora, uma vez resolvidas eventuais controvérsias, e alertou que os desafios no setor ainda são grandes. Ele saudou a aproximação entre os setores empresarial, governamental e acadêmico, com apoio da tecnologia.

— Mas há uma diferença: no setor privado, pode-se tudo, à exceção do que é proibido, e o setor público só pode fazer o que é permitido. Temos que ver quais mudanças é preciso fazer — resumiu.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Sem proteção legal, jovens ficam expostos à violência durante jogos online, avaliam especialistas

28/09/2023, 10h08



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A violência contra crianças e adolescentes em chats realizados durante a transmissão de jogos e eventos na internet foi tema de debate na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) na quarta-feira (27). A ideia é implementar medidas para evitar a exposição dos jovens à violência online.

<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/09/sem-protecao-legal-jovens-ficam-expostos-a-violencia-durante-jogos-online-avaliam-especialistas#altimos-de-noticias>



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT aprova criação de prêmio na área de proteção de dados e inteligência artificial

Bianca Mingote | 04/10/2023, 19h35



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou o projeto de resolução ([PRS 50/2023](#)) que institui, no Senado Federal, o Prêmio Danilo Doneda. De autoria do senador Eduardo Gomes (PL-TO), a premiação leva o nome do jurista pioneiro no debate sobre direito digital e vai agraciar pessoas ou instituições com relevante contribuição para a proteção de dados, para a privacidade e para a inteligência artificial. A matéria segue para análise da Comissão Diretora do Senado.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/10/cct-aprova-criacao-de-premio-na-area-de-protecao-de-dados-e-inteligencia-artificial>



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT aprova criação de frente parlamentar pelo desenvolvimento da indústria farmacêutica

Bianca Mingote | 05/10/2023, 15h03



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) aprovou o projeto de resolução ([PRS 69/2023](#)), de autoria do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), que institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil. O relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), destacou que a Frente atuará com a integração de diversos atores para promover o desenvolvimento do país no setor.

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/10/05/cct-aprova-criacao-de-frente-parlamentar-pelo-desenvolvimento-da-industria-farmaceutica>



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Sistema de ciência e tecnologia da agropecuária ganha apoio em audiência

Da Agência Senado | 20/10/2023, 18h01



Izalci Lucas (ao centro) conduziu a audiência com Vivian Libório de Almeida, do MDA, e Cleber Soares, do Mapa Geraldo Magela/Agência Senado

### Proposições legislativas

- [PL 6417/2019](#)

A instituição de um sistema nacional de ciência e tecnologia para a agropecuária tem que estar focada em quatro eixos estratégicos e fundamentais: sustentabilidade, inovação, competitividade e aceleração social. A avaliação foi feita pelos convidados da segunda audiência pública interativa sobre o Projeto de Lei (PL) [6.417/2019](#), que institui o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) e cria uma rede colaborativa de informações sobre pesquisa no setor. O debate foi promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) nesta quarta-feira (18), por iniciativa do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), relator da proposta.

De autoria dos senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (Podemos-MS), o texto foi aprovado em 2021 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na forma do relatório do ex-senador Acir Gurgacz (RO) e seguiu para a análise da CCT. O projeto reestrutura o atual SNPA (Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária), que está previsto na Constituição e na Lei Agrícola ([Lei 8.171, de 1991](#)). Instituído por portaria em



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

1992, o SNPA contribuiu para o incremento científico e tecnológico do setor, levando o país a se tornar um dos maiores produtores mundiais de alimentos; porém, não conseguiu se desenvolver de forma integrada em razão da legislação atual, afirmam os autores na justificativa do projeto de lei.

De acordo com o texto, o sistema terá planos plurianuais e planos operativos anuais elaborados pelo poder público, ouvidas instituições de pesquisa federais e estaduais, organizações de produtores e de trabalhadores rurais e instituições privadas que desenvolvam pesquisa agropecuária.

— Vamos aperfeiçoar o projeto, tem muita sugestão, espero que a gente consiga viabilizar a lei e ela se torne fundamental para os serviços públicos e para compartilhar conhecimentos — afirmou Izalci.

#### Bioinsumos

Secretário-executivo-adjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Cleber Soares ressaltou que o Brasil hoje é líder pioneiro em práticas sustentáveis com o uso do segmento de bioinsumos, mercado que movimenta mais de 17 bilhões de dólares ao ano com a taxa média de crescimento anual de 42% nos últimos cinco anos. O país também dispõe de pelo menos 17 milhões de hectares em sistemas agropecuários, utilizando a integração lavoura/pecuária/floresta e diversas outras soluções e ativos, ressaltou o representante do Mapa.

— A sustentabilidade [deve atuar] de forma contemporânea, na perspectiva daquilo que a sociedade espera do setor agropecuário. A inovação tem que adicionar, gerar ou capturar valor sobre os ativos tangíveis, sejam sementes, fertilizantes e insumos, ou intangíveis, como o crédito de carbono, pagamento de serviço ambiental, agricultura digital, computação holográfica, edição gênica e biologia sintética. [Isso inclui] a criação de um ambiente que promova a competitividade para todos os produtores de todos os portes, desde o movimento de consumo interno até exportação. O agronegócio tem que ser a alavanca de aceleração social, como demonstram os municípios com os maiores índices de IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] no Brasil, como Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop (MT) e Barreiras (BA) — disse Cleber Soares.

#### Avanço da tecnologia

Ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações de 2019 a 2022, o senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ressaltou que, com o crescimento exponencial da tecnologia, as mudanças são rápidas e qualquer legislação precisa ser ampla e flexível o suficiente para acompanhar as evoluções.

Ele destacou que o setor agropecuário tem a qualidade não só de produzir alimentos, bens e serviços, mas de atuar na base para ajudar a transformação social com emprego da tecnologia, a qual já se faz presente em todos os setores.



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Comissões**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

### Agropecuária sustentável

Coordenador-geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Thiago de Mello Moraes disse que algumas ações atuais da pasta “casam” com o projeto, com a previsão de iniciativas setoriais em diversos segmentos. Entre elas, citou, está o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Agropecuária Sustentável.

A iniciativa pretende ampliar os investimentos para sustentar a capacidade competitiva e garantir a liderança do agronegócio brasileiro na produção e disponibilidade de alimentos seguros e de qualidade. As linhas temáticas do plano preveem ainda o fortalecimento da competitividade da agropecuária nacional, a formação e recuperação de áreas de pastagens e insumos agropecuários, disse Moraes.

### Geração de renda

Diretora do Departamento de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Vivian Libório de Almeida disse que pensar em uma ação articulada de pesquisa e inovação, levando em conta as demandas da sociedade, é tido como prioridade nas estratégias do setor em que atua.

Ressaltando que 77% da população rural do país está envolvida na agricultura familiar, ela defendeu a construção de uma proposta que promova a geração de renda e supere a “dicotomia historicamente construída” entre o homem e a sociedade e a natureza, para que haja avanço nos sistemas produtivos e o fortalecimento dos ecossistemas.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Debate na CCT aponta prioridades para novo Sistema de Pesquisa Agropecuária

Da Agência Senado | 26/10/2023, 17h20



Relator do projeto que moderniza o sistema, Izalci Lucas (à dir.) comandou audiência com Eduardo Moresi  
Roque de Sá/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promoveu na última quarta-feira (25) audiência pública para debater o projeto de lei que regulamenta o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) ([PL 6.417/2019](#)). Os debatedores pediram que o sistema preze pela colaboratividade e se reinvente para abordar desafios atuais.

O SNPA foi antevisto pela Constituição Federal e criado em 1991 ([Lei 8.171](#)). O projeto de lei em debate promove uma reformulação, transformando o programa no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária. Segundo o texto, o novo SNPA será estruturado por meio de plataforma digital, que fornecerá informações padronizadas a respeito de instituições de ensino, projetos, pesquisadores, alunos, parcerias institucionais, volume de recursos e resultados obtidos.

O relator do projeto na CCT é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que propôs a audiência. Foi o terceiro encontro com especialistas a respeito da proposta de renovação do SNPA.

— No Brasil temos esse defeito, essa falta de um planejamento integrado. Os governos não se comunicam, nem internamente e nem externamente. A participação nessa rede é muito importante — disse ele.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Uma das especialistas ouvidas foi Tatiana de Abreu Sá, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Ela, que também é pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apontou algumas preocupações que a reforma do SNPA precisa observar.

— É muito oportuna a retomada do SNPA, mas há que se considerar mudanças radicais, tanto na cartografia das instituições como na necessidade de termos uma postura para além do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento sustentável, na sua plena amplitude, não era uma realidade quando [o SNPA] foi proposto. Temos novos atores que exigem a criação de uma gestão colegiada. Tem que haver outro tipo de governança, não necessariamente centrada numa instituição-líder, mas com uma formulação capaz de abranger a pluralidade.

#### Integração

Eduardo Dutra Moresi, assessor técnico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), apresentou um estudo feito em 2016 que já discutia algumas diretrizes para eventual reestruturação do SNPA. O foco perseguido foi, juntamente, repensar o sistema à luz de novos desafios e reforçar a interação entre as instituições integradas. O CGEE é uma organização social vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

— A construção dessa nova abordagem levou em conta desenvolver conhecimentos e tecnologias sustentáveis que elevem a competitividade do Brasil na agricultura, fortalecendo sua posição como fornecedor de alimentos e líder na bioeconomia. O estudo apresenta um *roadmap* estratégico, [desde] um diagnóstico de cada desafio enfrentado, com características técnicas, econômicas, legais e políticas [até] a implementação de soluções.

Para Aline Silva Mello César, presidente da Comissão de Pesquisa e Inovação da Escola de Agricultura da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), uma prioridade deve ser intensificar a participação das universidades, principalmente por serem as instituições com mais disponibilidade de pessoal para pesquisa. Mário Luiz Chizzotti, diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa (UFV), defendeu uma orientação do SNPA voltada para o avanço do agronegócio, mencionando-o como setor estratégico para a soberania brasileira.

O PL 6.417/2019 foi apresentado pelo senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) e já passou pela Comissão de Agricultura (CRA), que deu parecer favorável. Se também for aprovado pela CCT, o projeto poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT quer garantir investimentos mínimos em pesquisa petrolífera

Pedro Pincer | 08/11/2023, 17h34



Geraldo Magela/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou nesta quarta-feira (8) um projeto ([PL 5066/2020](#)) para estimular a pesquisa de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo e gás natural. Pela proposta, a obrigação de investimentos mínimos em pesquisa, desenvolvimento e inovação será cláusula essencial dos contratos de concessão. O texto segue agora para a Comissão de Infraestrutura (CI).

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/11/08/cct-quer-garantir-investimentos-minimos-em-pesquisa-petrolifera>.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT vai discutir os obstáculos para a inovação no país

Pedro Pincer | 08/11/2023, 18h16



Geraldo Magela/Agência Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) vai identificar as dificuldades para a inovação no Brasil. Os senadores pretendem apontar soluções concretas para a superação desses obstáculos. O plano de trabalho para a análise dessa política pública foi aprovado nesta quarta-feira (8).

<https://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/audios/2023/11/cct-vai-discutir-os-obstaculos-para-a-inovacao-no-pais>



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Projeto que amplia financiamento para a educação superior passa na CCT

Da Agência Senado | 09/11/2023, 17h08



A senadora Damares Alves relatou o projeto com voto favorável e com algumas mudanças  
Geraldo Magela/Agência Senado

### Proposições legislativas

- [PL 3817/2019](#)

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou na quarta-feira (8) o projeto de lei que amplia as possibilidades para financiamento da educação superior pública. De autoria da senadora Leila Barros (PDT-DF), o texto foi relatado pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e segue agora para a Comissão de Educação (CE).

O [PL 3.817/2019](#) altera a [Lei 8.958, de 1994](#), para determinar que as fundações de apoio às instituições científicas e tecnológicas e de ensino superior compartilhem parte do seu faturamento com as instituições que apoiam. Uma segunda mudança dispensa de licitação para a contratação de serviços ou produtos por meio de convênios ou contratos entre fundações de apoio e as instituições apoiadas.

Outro item do projeto muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ([Lei 9.394, de 1996](#)) para autorizar a União a financiar instituições estaduais, distritais e municipais de ensino superior para



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

aumentar a oferta de vagas e a qualidade de cursos e programas, e para criar novos estabelecimentos de ensino.

Já na Lei dos Fundos Patrimoniais ([Lei 13.800, de 2019](#)) o texto inclui entre as receitas desses fundos os recursos vindos da exploração de patentes, das transferências por fundações de apoio e das cessões de direitos. Também permite que organizações gestoras de fundos patrimoniais possam alugar, vender ou fazer cessão onerosa de imóveis (transferência da posse de um bem imóvel de um órgão público mediante pagamento).

A proposta também permitiu a cessão não onerosa de direito de superfície (direito de construir e/ou usar imóvel de outro proprietário) aos fundos patrimoniais.

Segundo Leila, o projeto visa criar condições efetivas para o exercício da autonomia universitária prevista na Constituição, ampliando as possibilidades de produção de receitas por meio dos fundos patrimoniais, fundações de apoio e exploração do patrimônio de cada universidade.

Dameres concorda, afirmando que “a criação dessas oportunidades adicionais para a geração de recursos é de grande importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, especialmente no atual momento de penúria de recursos públicos pelos quais estão passando as instituições de ensino e pesquisa”.

#### Mudanças

A relatora, no entanto, fez modificações no projeto, retirando a obrigatoriedade de as instituições científicas e tecnológicas e de ensino superior dividirem a receita de patentes ou modelos de utilidade com agências de fomento que financiaram o seu desenvolvimento, tais como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

“Tal compartilhamento compulsório de receita representaria uma redução daquilo que poderia vir a ser recebido pelos pesquisadores inventores, pelas universidades ou pelos institutos federais de pesquisa ou suas fundações”, justifica Dameres.

Outra emenda retirou a possibilidade de transferência de imóveis para fundos patrimoniais por parte de entidades apoiadas por estes fundos. Dameres argumenta que a transferência não traria vantagem financeira porque, pela lei, só poderiam ser destinados a projetos da instituição apoiada pelo fundo os rendimentos do valor obtido com a venda, depois de descontada a inflação e cobrada a taxa de administração da instituição financeira que administra as aplicações do fundo.

A relatora excluiu ainda a permissão para as instituições federais de ensino venderem ou cederem seu patrimônio.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT aprova alteração na distribuição de recursos para a pesquisa petrolífera

Da Agência Senado | 09/11/2023, 17h31



O projeto foi provado em reunião da CCT, presidida pelo senador Carlos Viana  
Geraldo Magela/Agência Senado

### Proposições legislativas

- [PL 5066/2020](#)

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou, na quarta-feira (8), o projeto de lei (PL) [5.066/2020](#), que busca estimular a pesquisa de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo e gás natural. De autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), o texto altera a distribuição dos recursos destinados à pesquisa petrolífera. A matéria recebeu o voto favorável do relator, senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), e segue para decisão final na Comissão de Infraestrutura (CI).

De acordo com o projeto, que modifica a [Lei 9.478, de 1997](#) e a [Lei 12.351, de 2010](#), a obrigação de investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação será cláusula essencial dos contratos de concessão. As pesquisas para aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos em bacias sedimentares localizadas em áreas terrestres deverão receber, durante cinco anos, pelo menos 5% do total dos recursos da Cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, prevista nos contratos de produção entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP) e as operadoras, independentemente da fonte geradora do recurso.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Os percentuais de recursos e os ajustes periódicos necessários serão determinados pelo Conselho Nacional de Política Energética. O órgão — presidido pelo ministro de Minas e Energia para assessoramento ao presidente da República na formulação de políticas públicas nessa área — também deverá estabelecer parâmetros para que universidades e centros de pesquisa credenciados pela ANP e sediadas em cada região do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) venham a receber um percentual mínimo de 10% do valor total dos recursos.

Se o projeto for aprovado, a lei resultante entrará em vigor 180 dias após a data de sua publicação e o período de vigência será de cinco anos, exclusivamente no que se refere à aplicação dos recursos.

#### Inovação e desenvolvimento regional

O contrato de concessão, o da cessão onerosa e o de partilha de produção já determinam um percentual mínimo que as empresas petrolíferas devem aplicar em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I). Entretanto, Plínio Valério afirma que é necessário promover aperfeiçoamentos nesse arranjo legal para que seus propósitos sejam alcançados na sua plenitude.

Para o autor, é preciso que o Poder Legislativo estabeleça diretrizes mínimas que o Executivo, por meio da ANP, observe na aplicação dos recursos em projetos dessas áreas. "Nesse contexto, propomos uma distribuição mais equânime dos recursos por todas as regiões geográficas brasileiras e de forma a contemplar todas as bacias sedimentares do território nacional, sejam marítimas, sejam terrestres", afirma o senador na justificativa.

Atualmente, segundo ele, a ausência dessas diretrizes faz com que as empresas aloquem os recursos prioritariamente em bacias sedimentares localizadas no mar territorial e, com isso, não se obtém o conhecimento geológico sobre as bacias sedimentares terrestres, o que impede o seu aproveitamento.

Plínio Valério considera ainda que o investimento em pesquisa petrolífera permitirá a atração de novos arranjos produtivos e a qualificação da mão-de-obra local, com a abertura de oportunidades as comunidades próximas às instituições de ciência e tecnologia nas cinco regiões.

“Assim, diante das desigualdades regionais que assolam o Brasil, podemos diminuir a concentração de recursos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em regiões mais ricas. Para tanto, propomos que, no mínimo, 10% dos recursos sejam garantidos a instituições e centros de pesquisas localizados em cada uma das regiões geográficas brasileiras”, conclui Plínio Valério na justificativa do projeto.



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Tecnologia: debatedores defendem mais investimentos e simplificação de regras

Luiz Felipe Liazibra | 27/11/2023, 08h58



Roque de Sá/Agência Senado

A pedido do senador Carlos Viana (Podemos-MG), a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) discutiu os investimentos no setor e a simplificação da legislação. O conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Aldo Zarbin, sugeriu um regime tributário distinto, para que os projetos não sejam impactados pela demora de importação de equipamentos. Outros convidados afirmaram, no entanto, que seria mais efetivo disseminar os dispositivos já previstos no marco legal do setor.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/11/tecnologia-debatedores-defendem-mais-investimentos-e-simplificacao-de-regras>

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Testes clínicos são gargalo para desenvolvimento de vacinas brasileiras

30/11/2023, 09h57



Pedro França/Agência Senado

Avançou no Senado o projeto que cria o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. O país, que tenta aumentar a imunização de seus habitantes, ainda enfrenta dificuldades em desenvolver suas próprias vacinas. Esse foi o tema de um debate na Comissão de Ciência e Tecnologia.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/11/testes-clinicos-sao-gargalo-para-desenvolvimento-de-vacinas-brasileiras>

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Presidente da CCT pede investigação em programa de conectividade nas escolas

Cesar Mendes | 07/12/2023, 08h38



Roque de Sá/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) discutiu em audiência pública na quarta-feira (6) o projeto de conectividade das escolas públicas de educação fundamental do governo federal ([Lei 14.180, de 2021](#)). A conectividade das escolas deve ser implementada por fibra ótica, por telefonia celular ou ainda via satélite, conforme estudos prévios de viabilidade. Mas o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que a conexão via satélite está sendo implantada em escolas já atendidas por fibra ótica e pediu a fiscalização do TCU para o processo.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/12/presidente-da-cct-pede-investigacao-em-programa-de-conectividade-nas-escolas>

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## CCT debate o impacto da tecnologia no processo eleitoral

Cesar Mendes | 12/12/2023, 17h21



Geraldo Magela/Agência Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) discutiu em audiência pública a confiabilidade das urnas eletrônicas brasileiras e a perspectiva de auditoria dos resultados apurados. Izalci Lucas (PSDB-DF), autor do requerimento da audiência, defendeu uma auditoria independente. O auditor Amilcar Brunazo Filho explicou que existem três gerações de urnas eletrônicas e que a brasileira, que é da primeira geração, não é confiável.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/12/cct-debate-o-impacto-da-tecnologia-no-processo-eleitoral>

Fonte: Agência Senado



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

## Maratona de software para ajudar no processo legislativo é adiada

Da Agência Senado | 20/12/2023, 15h55



Senador Carlos Viana preside reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática  
Waldemir Barreto/Agência Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) adiou para fevereiro a apreciação do projeto de resolução que institui o evento Hackathon – Senado Federal, o qual busca estimular mais transparência de informações públicas por meio de tecnologias digitais. A matéria seria apreciada na reunião da comissão desta quarta-feira (20), mas foi retirada de pauta a pedido do próprio relator, senador Chico Rodrigues (PSB-RR).

O [PRS 15/2022](#) denomina Hackathon o evento destinado a reunir profissionais e estudantes numa maratona de programação com o fim de desenvolver software ou solução tecnológica que atenda a um objetivo proposto. Trata-se de um mecanismo que vem sendo utilizado por instituições públicas e privadas que buscam aprimorar os seus processos por meio de soluções inovadoras, desenvolvidas num curto espaço de tempo. O termo “Hackathon” resulta de uma combinação das palavras inglesas “*hack*” (programar de forma excepcional) e “*marathon*” (maratona).

De autoria do senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), o projeto conta com voto favorável de Rodrigues, na forma de emenda substitutiva ( texto alternativo) à proposição. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado após a deliberação da CCT.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)